**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**PARA TERMO DE FOMENTO**

Edital de Chamamento Público nº 002/2024

# **EDITAL DE** **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE FOMENTO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE NITERÓI-RJ**

Niterói - RJ

2024

**Edital de Chamamento Público nº 002/2024.**

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA, com esteio na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto Municipal nº 13.996, de 20 de abril de 2021, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organizações da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de *AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI.*

1. **PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**1.1.** A finalidade do presente Edital de Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Niterói, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto Municipal nº 13.996, de 20 de abril de 2021 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

**1.3.** Poderão ser selecionadas até 45 (quarenta e cinco) propostas, sem que haja acúmulo da OSC proponente, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração dos termos de fomento.

1. **OBJETO DO TERMO DE FOMENTO**

**2.1.** O termo de fomento terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de *AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI*, que tem como objetivo constituir um conjunto de ações de proteção social com foco na infância e adolescência, garantindo que este município desenvolva os programas frente à Política Nacional de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social, com os tratados internacionais de direitos humanos em que o Brasil é signatário, na CRFB de 1988 e nas leis infraconstitucionais em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente em sua interface com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Diretrizes e Base da Educação e a Lei Orgânica da Assistência Social.

**2.2.** Objetivos específicos da parceria:

a) Proporcionar ações, atividades e oficinas, às crianças e adolescentes, em espaços protetivos e acolhedores que estimulem a convivência social, a participação cidadã e democrática, a autonomia, o protagonismo, o relacionamento interpessoal de forma saudável e o fortalecimento de vínculos, por meio do convívio familiar, social e comunitário.

a.a) Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, propiciando vivências e acesso ao universo socioeducativo, artístico, cultural, recreativo e de lazer, estimulando o desenvolvimento de experiências e habilidades;

a.b) Desenvolver ações e atividades voltadas a crianças e adolescentes, visando o fortalecimento dos vínculos familiar, social e comunitário, reduzindo a exposição às situações de vulnerabilidade e riscos sociais;

a.c) Promover a informação e o acesso a benefícios, serviços socioassistenciais e setoriais, a fim de contribuir para a garantia e o usufruto dos demais direitos;

a.d) Facilitar o acesso a políticas públicas que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e que contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade, da equidade e inclusão social.

a.e) Promover ações que priorizem o caráter intersetorial e que fomentem a articulação dos serviços intersetoriais com os sujeitos do sistema de garantia de direitos, para atuação junto à família natural ou ampliada, bem como junto às crianças e adolescentes atendidos nos serviços de acolhimento;

a.f) Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social.

**2.3.** Este Edital visa selecionar e apoiar financeiramente projetos/instituições de:

a) Atividades de fortalecimento do vínculo entre famílias, crianças e adolescentes;

b) Trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;

c) Atendimento a adolescentes oriundos da medida de privação de liberdade;

d) Combate à violência e Promoção do direito à criança e adolescente;

e) Educação, cultura e lazer como estratégia de promoção da autonomia e desenvolvimento psicossocial da criança e adolescente.

**2.3.1.** As propostas inscritas poderão comtemplar as mais diversas áreas, tais como: criança e adolescente em situação de risco, de abandono, de rua, vulnerabilidade social, privação de liberdade ou liberdade assistida; educação; cultura; sustentabilidade; assistência social; economia solidária; segurança alimentar e nutricional; desenvolvimento humano e social; fortalecimento de vínculos; família e comunidade; combate à violência e violação de direitos; promoção de direitos do ECA.

**2.3.2.** Dos Eixos Temáticos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EIXOS** | **DESCRIÇÃO** | **FAIXAS** |
| **1** | **Fortalecimento de Vínculos Sociais e Comunitários:** ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e socioeducacionais. | 2 (dois) projetos de Faixa 1  3 (três) projetos de Faixa 2  4 (quatro) projetos de Faixa 3 |
| **2** | **Trabalho Social e Economia Solidária:** ações voltadas à solidariedade universal, formas de economia doméstica, criativa e solidária. | 2 (dois) projetos de Faixa 1  3 (três) projetos de Faixa 2  4 (quatro) projetos de Faixa 3 |
| **3** | **Medidas Socioeducativas para Privação de Liberdade:** ações voltadas à reintegração social e reeducação psicossocial de jovens em cumprimento de medidas legais. | 2 (dois) projetos de Faixa 1  3 (três) projetos de Faixa 2  4 (quatro) projetos de Faixa 3 |
| **4** | **Combate à violência e explorações infanto-juvenil:** ações voltadas à prevenção de violação de direitos da Criança e Adolescentes e formas de exploração. | 2 (dois) projetos de Faixa 1  3 (três) projetos de Faixa 2  4 (quatro) projetos de Faixa 3 |
| **5** | **Educação, cultura, esporte e lazer:** ações voltadas ao estímulo a práticas educacionais, culturais, de esporte e lazer. | 2 (dois) projetos de Faixa 1  3 (três) projetos de Faixa 2  4 (quatro) projetos de Faixa 3 |

**2.4.** As propostas deverão ser enquadradas em uma das seguintes faixas de valor:

I. Faixa 1: propostas de até R$25.000,00 (valor global da faixa até R$ 250.000,00)

II. Faixa 2: propostas de até R$50.000,00 (valor global da faixa até R$ 750.000,00)

III. Faixa 3: propostas de até R$100.000,00 (valor da faixa até R$ 2.000.000,00)

**2.4.1.** Deverá ser indicado pela OSC uma (01) única proposta, contendo o Eixo e Faixa pretendidos no escopo do Plano de Trabalho, não sendo consideradas propostas da mesma OSC para demais Eixos e Faixas deste Edital;

**2.4.2.** Serão selecionados 45 (quarenta e cinco) projetos, conforme requisitos estabelecidos neste presente Edital, distribuídos da seguinte forma: para cada eixo serão 9 projetos selecionados, sendo 2 de Faixa I, 3 de Faixa II e 4 de Faixa III.

**2.5.** Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, e seguem em conformidade com os critérios contidos na Lei Municipal nº 3.361/18 e da Resolução CONANDA nº 137/2010.

1. **JUSTIFICATIVA**

Constitui-se a presente análise para fundamentação das ações previstas no Plano de Ação do CMDCA visando identificar o quadro situacional de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social por meio de dados agregados a esta Secretaria sobre atendimentos de crianças e adolescentes nos serviços socioassistenciais públicos e de organizações socioassistenciais no município de Niterói-RJ.

As etapas deste levantamento têm como fundamento metodológico a utilização de ferramentas informacionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dos relatórios e planos de ação entregues pelas instituições registradas no CMDCA.

O caminho inicialmente trilhado consistiu na identificação da rede socioassistencial de Proteção Básica e Especial de Média Complexidade e seu georreferenciamento. Para o levantamento dos atendimentos realizados pelos serviços públicos, os quantitativos utilizado constam lançados no Registro Mensal de Atendimento – RMA, instrumento de registro de informações sobre o número de atendimentos e aspectos de famílias e indivíduos atendidos/acompanhados, sendo analisados dados de equipamentos, de referência de assistência social – CRAS, especializados de assistência social – CREAS.

Em complementação, o levantamento e a sistematização de atendimentos realizados pelas organizações da sociedade civil registradas no CMDCA – Niterói, foram fundamentadas pelos planos de ação e relatórios anuais entregues pelas organizações referenciadas.

De partida, visualiza-se que o quantitativo de crianças e adolescentes presentes no Cadastro Único do município totaliza 47.597 (quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e sete) na faixa etária entre 0 e 17 anos, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1 – Quantidade de crianças e adolescentes no Cadastro Único de Niterói-RJ**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Faixa Etária** | **Masculino** | **% Masc.** | **Feminino** | **% Fem.** | **Total** |
| 0 e 4 | 6.299 | 51,22% | 5.999 | 48,78% | 12.298 |
| 5 a 6 | 2.983 | 49,70% | 3.019 | 50,30% | 6.002 |
| 7 a 15 | 12.454 | 50,69% | 12.113 | 49,31% | 24.567 |
| 16 a 17 | 2.339 | 49,45% | 2.391 | 50,55% | 4.730 |
| **Total** | **24.075** | **39,96%** | **23.522** | **26,44%** | **47.597** |

Fonte: CECAD – MDS

Dos atendimentos realizados pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial de média complexidade registrados no RMA, definiu-se como período o ano de 2023, conforme demonstra na tabela a seguir, sobre as seguintes variáveis:

**Tabela 2 – Variáveis relacionadas à Criança e Adolescente em Niterói**

|  |  |
| --- | --- |
| **Variáveis** | **Nº** |
| B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil | 01 |
| B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento | 38 |
| C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) | 27 |
| C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual | 20 |
| C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono | 83 |
| J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC) | 264 |
| J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA | 144 |

Fonte: Dados RMA – CRAS/CREAS – 2023

Em relação aos dados referentes aos atendimentos dos serviços de PSE de Média Complexidade, a tabela e gráficos destacados indicam os números de atendimento de acordo com as variáveis selecionadas.

Considerando a dimensão territorial da Proteção Social Básica, como forma de identificar a distribuição de oferta dos serviços de fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, buscou-se situar o número de atendimentos por área de abrangência dos CRAS.

As informações extraídas dos atendimentos declarados pelas organizações da sociedade civil em seus planos de ação e relatórios institucionais servem para ampliar o exame sobre a capacidade protetiva da rede e possibilita uma via de análise com base nas informações coletadas dos Planos de Trabalho das entidades registradas no CMDCA. Avaliou-se, portanto, o quantitativo de atendimentos realizados, o regime de atendimento (conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e a localização das sedes.

**Gráfico 1 – Percentual de instituições por Região**

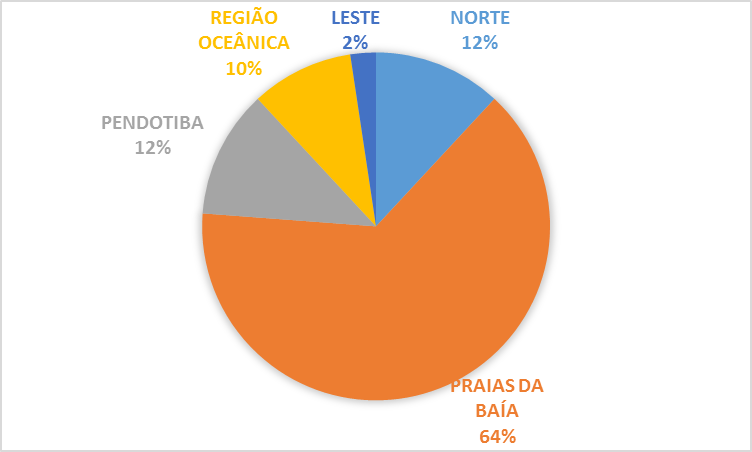


Gráfico 1: CMDCA – Percentual de instituições por região da Cidade – total de instituições 42

**Gráfico 2 – Quantitativo de atendimentos antes e durante a pandemia de Covid-19**

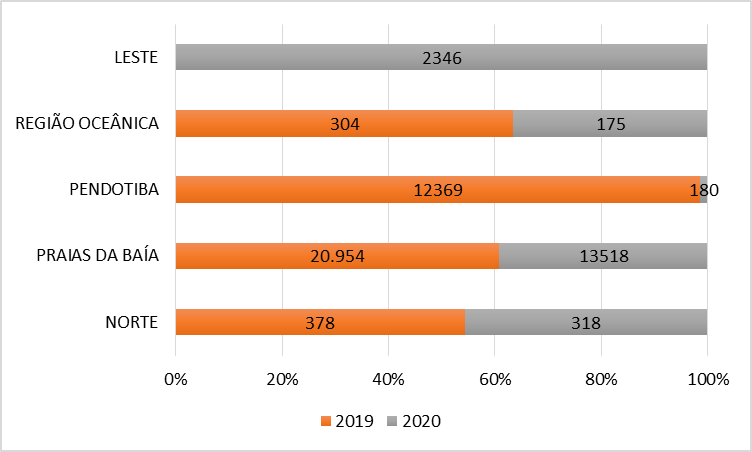


Gráfico 2: Dados CMDCA – Número de atendimentos declarados pelas instituições nos relatórios de 2019/2020

**Gráfico 3 – Regimes de atendimentos realizados pelas organizações do CMDCA**

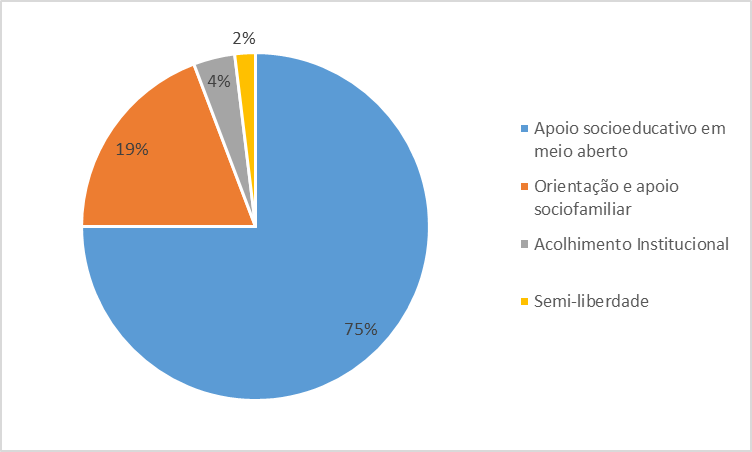


Gráfico 3: Dados CMDCA – Regimes de atendimento realizado pela organização registradas no CMDCA.

Na avaliação preliminar, torna-se evidente que as regiões central e das praias da baía concentram a maior parte das entidades registradas. Das 42, 12% localizam-se na região Norte e em Pendotiba; na Região Oceânica 10%; e apenas 2% na Região Leste.

Não obstante à concentração de suas localizações, também se tornou evidente que as entidades registradas respondem por uma enorme oferta de serviços de apoio socioeducativo em meio aberto para crianças e adolescentes. Este regime de atendimento previsto no ECA, em seu art. 90 e incisos, compreende, em geral, as atividades de contraturno escolar, com oferta de oficinas lúdicas, educacionais, esportivas, culturais e de lazer. Tais serviços vinculam-se à proposta da Política de Assistência Social, organizada pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, especialmente no que tange à oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, no âmbito da PSB.

Conforme descrito na TSS, esses serviços são realizados em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Subdivididos em faixas etárias, entre 0 a 6, 6 a 15 e 15 e 17 anos, no âmbito da oferta das entidades em seus territórios, oferecem desde oficinas e experiências lúdicas à constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, além de contribuir para o retorno ou permanência na escola, e uma formação geral para o mundo do trabalho.

A partir dos dados coletados através das entidades, ainda que haja concentração territorial de suas sedes, fica evidente a grande cobertura das entidades no atendimento ao público infanto-juvenil neste município, em comparação com a cobertura em demais locais.

O CMDCA promoveu um levantamento recente com o objetivo de coletar dados específicos quanto ao atendimento prestado nos anos de 2019, 2020 e 2021, com o intuito de avaliar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o trabalho realizado pelas entidades, atrelando à perspectiva de utilização dos recursos do FIA, conforme apregoado pela legislação pertinente. Nesta oportunidade, coletou-se informações direcionadas às 42 entidades registradas, em uma amostragem no total de 24 respostas.

Totalizando as respostas enviadas pelas 24 entidades, observamos que em relação à capacidade de atendimento, no ano de 2019, realizaram juntas 608.331 (seiscentos e oito mil trezentos e trinta e um) atendimentos. Em 2020, esse total caiu para 429.510 (quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e dez), e em 2021 (até o mês de outubro) chegou à 247.929 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte e nove),

Já quanto às crianças e adolescentes atendidos por tais entidades em 2019, o número chegou a 6.619 (seis mil seiscentos e dezenove). Em 2020, houve uma redução, chegando a 5.385 (cinco mil trezentos e oitenta e cinco), e até outubro de 2021, atingiu o total de 5.613 (cinco mil seiscentos e treze).

Em relação ao número de atendimentos totais, realizados por estas 24 entidades registradas, em 2019, foram realizados 605.243 (seiscentos e cinco mil duzentos e quarenta e três) atendimentos. Em 2020, esse número caiu para 356.238 (trezentos e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e oito), chegando a 222.719 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e dezenove) em outubro de 2021.

O que se observa, a partir de tais dados, é que as entidades ofereceram uma grande cobertura à população através de seus serviços, mesmo com impacto negativo evidente observado em 2020, com a expressiva queda em sua capacidade de atendimento, bem como no número de atendimentos totais realizados no mesmo ano, em relação ao observado em 2019.

A pesquisa evidenciou também que as entidades continuaram atendendo um expressivo número de crianças e adolescentes, mesmo com as restrições impostas pela Covid-19, como o fechamento de espaços considerados não essenciais e o cancelamento temporário de atividades que geravam aglomerações.

Conforme levantado na pesquisa, as entidades precisaram, no ano de 2020, reorganizar a forma de atendimento, e todas elas informaram que continuaram oferecendo seus serviços. Apenas as duas que oferecem acolhimento institucional continuaram funcionando presencialmente, e as demais passaram a oferecer atendimentos, orientações, aulas e oficinas de forma remota. Ao todo, 14 entidades responderam que em 2020, a principal atividade realizada pela entidade foi atendimento online, com oferta de oficinas, atividades lúdicas e/ou terapêuticas, orientações e apoio às famílias. Das 24 entidades, 3 responderam que coletaram doações para adquirir e distribuir cestas básicas para seus usuários; 3 informaram que mantiveram as ações de apoio socioeducativo e orientações às famílias de maneira híbrida, e 1 informou que, além de orientações sociais remotas e distribuição de cestas básicas, também ofereceu apoio psicológico online aos usuários.

Sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelas entidades durante a pandemia, podendo ser sinalizada mais de uma situação, 19 delas indicaram o item 3 – manutenção da instituição, 13 marcaram o item 2 – pagamento dos funcionários, e 8 assinalaram também os itens 1 – articulação com a rede socioassistencial, 4 – condições para atendimento dos usuários e 5 – outras.

Dentre as que assinalaram a opção 5 – outras, apareceram dificuldades tais quais a diminuição de doações e voluntários; preocupação com os riscos de retorno presencial; dificuldade de cumprimento de protocolos de saúde por usuários com deficiência; realização de atividades online e dificuldade com os meios eletrônicos.

Considerando os dados examinados é possível afirmar que há uma grande capacidade de atendimento por parte das organizações da sociedade civil no Regime de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, sendo possível fazer um paralelo em relação aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Os dados também indicam redução da capacidade de atendimento, tanto dos serviços públicos como das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil durante a pandemia da Covid-19. O reconhecimento dessa redução da oferta de ações voltadas ao apoio socioeducativo em meio aberto pode representar dificuldades encontradas pelas instituições para sustentabilidade de suas ações, e com isso o encolhimento da capacidade protetiva em Niterói, fato que se torna mais grave pela percepção da diminuição do número de atendimentos pelos serviços públicos.

Desta forma, a partir da verificação da redução do número de atendimentos realizados pela rede pública e pelas organizações registradas no CMDCA, e reconhecendo a importância dos serviços voltados para Proteção Social Básica, principalmente os direcionados a convivência e fortalecimento de vínculos que objetivam: garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social (Brasil, 2009, p.16);

Considerando também a quantidade de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), que quando comparada ao número de atendimentos registrados no RMA dos serviços de fortalecimento de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos, demonstram fragilidade protetiva para esse grupo populacional;

E ainda, considerando o art. 17 da lei Municipal, N.º 3.361/2018, que apregoa que o FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA constitui unidade orçamentária própria e é parte integrante do Orçamento Público municipal, tendo por objetivo, financiar programas e projetos que tenham por finalidade o atendimento direto, defesa, proteção, estudo, pesquisa, apoio sociofamiliar e garantia dos direitos da criança e do adolescente nos termos da Lei Federal Nº 8069/90 e alterações;

O CMDCA apresenta o Termo de Fomento para seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, a serem financiadas com recursos do Fundo da Infância e do Adolescente, visando a ampliação da oferta de ações que possibilitem a ampliação da capacidade protetiva Básica e Especial, em conformidade com as políticas públicas municipais da criança e do adolescente. O presente Termo de Fomento objetiva a definição de critérios para a escolha e condições para o repasse de recursos.

**3. PÚBLICO ALVO:**

O público-alvo deste projeto compreende-se nos ciclos de vida de: (a) 0 a 5 anos; (b) 6 a 8 anos; (c) 9 a 14 anos e (d) 15 a 17 anos, regulamentados por Tipificação Federal, através da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009 e reordenado pela Resolução do CNAS nº 01/2013, prioritariamente, destes indivíduos que se encontrem nas seguintes situações, de acordo com a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013:

1. em situação de isolamento;
2. em situação de trabalho infantil;
3. com vivência de violência e/ou negligência;
4. que estejam fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
5. em situação de acolhimento institucional;
6. em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
7. egressos de medidas socioeducativas;
8. em situação de abuso e/ou exploração sexual;
9. com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente;
10. crianças e adolescentes em situação de rua;
11. com vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

**4. PARTICIPAÇÃO NO EDITAL DE CHAMAMENTO**

**4.1.** Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

**4.2.** Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

1. possuir registro e/ou inscrição regular e atualizada e em vigor perante o CMDCA de Niterói, em conformidade com os artigos 90 e 91 da Lei Federal n°. 8.069/1990, cujas atividades e finalidades específicas sejam voltadas ao atendimento à criança e ao adolescente;
2. apresentar certidões negativas de contas julgadas irregulares, emitidas pelo Tribunal de Contas da União - TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ e declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

**4.3.** É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014, e dos arts. 49 a 52 do Decreto nº 13.996/2021, devendo a rede ser composta por:

a) uma “OSC celebrante” da parceria com a administração pública municipal (aquela que assinar o termo de fomento), que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

b) uma ou mais “OSCs executantes e não celebrantes” da parceria com a administração pública municipal,que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante.

**4.3.1.** A atuação em rede será formalizada entre a OSC celebrante e cada uma das OSCs executantes e não celebrantes mediante assinatura de termo de atuação em rede, que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela OSC celebrante.

**4.3.2.**  A OSC celebrante deverá comunicar à administração pública municipal a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do termo de atuação em rede. Não é exigível que o termo de atuação em rede seja celebrado antes da data de assinatura do termo de fomento.

**4.3.3**. A OSC celebrante da parceria com a administração pública municipal:

a) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser sub-rogados à OSC executante e não celebrante, observado o disposto no art. 49 do Decreto nº 13.996/2021; e

b) deverá possuir mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ e, ainda, capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede, a serem verificados por meio da apresentação dos documentos indicados no art. 51, **caput**, incisos I e II, do Decreto nº 13.996/2021, cabendo à administração pública municipal verificar o cumprimento de tais requisitos no momento da celebração da parceria.

**5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

**5.1.** Para a celebração do termo de fomento, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

1. ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, **caput**, inciso I, e art. 35, **caput**, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
2. ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, **caput**, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
3. ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, **caput**, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
4. possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Municipal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, **caput**, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
5. possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 41, caput, inciso III, do Decreto nº 13.996/2021 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 41, caput, inciso III, do Decreto nº 13.996/2021);
6. possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 41, caput, inciso XI e §1º, do Decreto nº 13.996/2021);
7. deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 41, caput, inciso III, do Decreto nº 13.996/2021. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 41, caput, inciso III e §1º, do Decreto nº 13.996/2021);
8. apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 41, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto nº 13.996/2021 (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 41, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto nº 13.996/2021);
9. apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
10. apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 41, VII, do Decreto nº 13.996/2021, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, **caput**, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014)
11. comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014)
12. atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

**5.2.** Ficará impedida de celebrar o termo de fomento a OSC que:

1. não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, **caput**, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
2. esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, **caput**, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
3. tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, **caput**, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 42, **caput**, inciso I e §§ 1º e 2º, do Decreto nº 13.996/2021);
4. tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, **caput**, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);
5. tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, **caput**, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);
6. tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, **caput**, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou
7. tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

**6. COMISSÃO DE SELEÇÃO**

**6.1.** A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente Edital, constituída na forma da Portaria SMASES nº 016/2024, publicada no Diário Oficial do dia 22/05/2024, anterior à etapa de avaliação das propostas.

**6.2.** Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do fomento, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse. (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 13.996/2021).

**6.3.** A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, Decreto nº 13.996/2021).

**6.4.** Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

**6.5.** A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, da transparência e princípio da verdade real.

**6.6.** Fica vedada a participação em rede de OSC “executante e não celebrante” que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da Comissão de Seleção responsável pelo Edital que resultou na celebração da parceria.

**7. DA FASE DE SELEÇÃO**

**7.1.** A fase de seleção observará as seguintes etapas:

**TABELA 1**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ETAPA** | **DESCRIÇÃO DA ETAPA** | **Datas** |
| **1** | Publicação do Edital de Chamamento | 22/05/2024 |
| **2** | Envio das propostas pelas OSCs. | 22/05/2024 a 21/06/2024 |
| **3** | Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção. | 25/06/2024 a 25/07/2024 |
| **4** | Divulgação do resultado preliminar. | 27/07/2024 |
| **5** | Interposição de recursos contra o resultado preliminar. | 5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar  (Até 02/08/2024) |
| **6** | Apresentação de Contrarrazões. | 5 (cinco) dias contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal (Até 09/08/2024) |
| **6** | Análise dos recursos pela Comissão de Seleção. | 5 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos  (Até 16/08/2024) |
| **7** | Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver). | 20/08/2024 |

**7.2.** Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

**7.3.** **Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento.**

**7.3.1.** O presente Edital será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão municipal e no Portal da Transparência, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

**7.3.2.** O extrato será publicado no Diário Oficial do Município previamente ou até o dia da publicação do Edital em sítio eletrônico e deverá indicar o local e os endereços eletrônicos nos quais os interessados poderão obter a íntegra do documento.

**7.4.** **Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs**

**7.4.1.** O prazo para a apresentação de propostas será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação do Edital, e deverão ser protocoladas, até às 17 horas do dia 21 de junho de 2024.

**7.4.2.** As propostas deverão ser encaminhadas em envelope fechado e com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição “Proposta – Edital nº 002/2024”, e entregues via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no protocolo da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, no seguinte endereço: Rua Coronel Gomes Machado, n° 281, Centro, Niterói –RJ.

**7.4.3.** Na hipótese do subitem anterior, a proposta, em uma única via impressa, deverá ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. Também deve ser entregue uma cópia em arquivo digital.

**7.4.4.**  Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

**7.4.5.** Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise, a última enviada conforme item 7.4.2. deste Edital.

**7.4.6.** Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.

**7.5.** **Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.**

**7.5.1.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

**7.5.2.** A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

**7.5.3.** As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no *Anexo IV – Plano de Trabalho*.

**7.5.4.** A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

**TABELA 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Critérios de**  **Julgamento** | **Metodologia de Pontuação** | **Pontuação Máxima por Item** |
| (A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas | - Grau pleno de atendimento (10,0 pontos)  - Grau satisfatório de atendimento (5,0 pontos)  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 26, §2º, incisos II e III, do Decreto nº 13.996/2021. | 10,0 |
| (B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria | - Grau pleno de adequação (10,0)  - Grau satisfatório de adequação (5,0)  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do **caput** do art. 27 da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 13º, §2º, inciso I, do Decreto nº 13.996/2021. | 10,0 |
| (C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto | - Grau pleno da descrição (10,0)  - Grau satisfatório da descrição (5,0)  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 26, §2º, inciso I, do Decreto nº 13.996/2021. | 10,0 |
| (D) Adequação da proposta ao valor de referência constante do Edital, com menção expressa ao valor global da proposta | - O valor global proposto é, pelo menos, 10% (dez por cento) mais baixo do que o valor de referência (8,0);  - O valor global proposto é igual ou até 10% (dez por cento), exclusive, mais baixo do que o valor de referência (4,0);  - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de fomento, o valor estimado pela administração pública é um teto, ou seja, um limite orçamentário previsto para execução de tal parceria. | 8,0 |
| (E) Apresentação de método de acompanhamento e formação das equipes envolvidas no Projeto, com objetivos e calendário para cada etapa do trabalho. | - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (6,0).  - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (3,0).  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério NÃO implica a eliminação da proposta. | 6,0 |
| (F) Resultados e impactos esperados. | - Grau pleno de capacidade técnico-operacional (4,0).  - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (2,0).  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério NÃO implica a eliminação da proposta. | 4,0 |
| (G) Dados técnicos da execução das tarefas e da metodologia empregada. | Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0).  - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0).  - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).  OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério NÃO implica a eliminação da proposta. | 2,0 |
| **Pontuação Máxima Global** | | 50,0 |

**7.5.5.** A falsidade de informações nas propostas, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

**7.5.7.** Serão eliminadas aquelas propostas:

a) cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;

b) que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B) e (C)); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto (art. 25, §2º, incisos I a IV, do Decreto nº 13.996/2021);

c) que estejam em desacordo com o Edital (art. 25, §2º, do Decreto nº 13.996/2021); ou

d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada na forma do §8º do art. 13 do Decreto nº 13.996/2021, e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

**7.5.8.** As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

**7.5.9.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (A). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (E) e (D). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

**7.5.10.** Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do Edital, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto, vedada a seleção de proposta com valor global que exceda em 15% (quinze por cento) do valor de referência estipulado no Edital. (art. 27, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014 e §5º do art. 26 do Decreto nº 13.996/2021).

**7.6.** **Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.** O órgão municipal divulgará o resultado preliminar do julgamento das propostas realizado pela comissão de seleção no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, em conformidade com o cronograma constante do Edital, iniciando-se o prazo para recurso.

**7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.** Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

**7.7.1.** As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

**7.7.2.** Os recursos serão apresentados por escrito e entregues por *e-mail* chamamento.criancaeadolescente@gmail.com por via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no protocolo da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, no endereço constante no item 7.4.2 deste Edital.

**7.7.3.** É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

**7.7.4.** Interposto recurso, a administração pública dará ciência, no seu sítio eletrônico oficial, para que os interessados apresentem suas contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal.

**7.8. Etapa 6:Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.**

**7.8.1.** Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

**7.8.2.** Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso Presidência da Comissão de Seleção, com as informações necessárias à decisão final.

**7.8.3.** A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão (§4º do art. 28 do Decreto nº 13.996/2021)

**7.8.4.**  Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

**7.8.5.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**7.9.** **Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).** Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o administrador público deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e no Portal da Transparência, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

**7.9.1.** A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**7.9.2.** Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração, nos termos dos artigos 38 e seguintes do Decreto nº 13.996/2021.

**8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

**8.1.** A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

**TABELA 3**

|  |  |
| --- | --- |
| **ETAPA** | **DESCRIÇÃO DA ETAPA** |
| **1** | Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. |
| **2** | Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho. |
| **3** | Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário. |
| **4** | Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento. |
| **5** | Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial da União. |

**8.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.** Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho pormenorizado (art. 40 do Decreto nº 13.996/2021) e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (inciso I do caput do art. 2º, incisos I a V do caput do art. 33 e os incisos II a VII do caput do art. 34 da e 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e arts. 83 e 84 do Decreto nº 13.996/2021).

**8.2.1.** Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 40 do Decreto nº 13.996/2021), observado o Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho.

**8.2.2.** O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso (art. 64 do Decreto nº 13.996/2021)

**8.2.3.**  A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item anterior deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público (§1º do art. 40 do Decreto nº 13.996/2021) a ser avalizado em conjunto das proposituras (Lei 13.019/14).

**8.2.4.** Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no [inciso I do **caput** do art. 2º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art2i), nos [incisos I a V do **caput** do art. 33](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art33i) e nos [incisos II a VII do **caput** do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art34ii), e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o [art. 39 da referida Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art39), que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no [art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art33), constando normas de organização interna que prevejam expressamente:

a) objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

b) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste Decreto e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; e

c) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Municipal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

IV - Certidão de Regularidade Relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade dos Tributos Municipais da sede da organização da sociedade civil;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme *Anexo III – Declaração do* *art. 40 do Decreto nº 13.996/2021, e Relação dos Dirigentes da Entidade*;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no [art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art39), as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no *Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;*

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme *Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais*;

XI- declaração do representante legal da OSC de que trata o art. 42 do Decreto nº 13.996/2021, conforme *Anexo III – Declaração do* *art. 42 do Decreto nº 13.996/2021, e Relação dos Dirigentes da Entidade*; e

XII- declaração de contrapartida em bens e serviços, quando couber, conforme *Anexo VIII – Declaração de Contrapartida*; e

XIII - certidões negativas de contas julgadas irregulares, emitidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ.

XIV – declaração de registro e/ou inscrição regular e atualizada e em vigor perante o CMDCA de Niterói, em conformidade com os artigos 90 e 91 da Lei Federal n°. 8.069/1990, cujas atividades e finalidades específicas sejam voltadas ao atendimento à criança e ao adolescente;

**8.2.5.** Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

**8.2.6.** A critério da OSC, os documentos previstos nos incisos IV e V logo acima poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (art. 40, §3º, do Decreto nº 13.996/2021).

**8.2.7.** As OSCs ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente (art. 41, §4º, do Decreto nº 13.996/2021).

***8.2.8.*** *No caso da atuação em rede, nos termos do art. 51 do Decreto nº 13.996/2021, a OSC “celebrante” deverá comprovar também o cumprimento dos requisitos previstos no*[*art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014*](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art35a)*, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:*

*I - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Municipal do Brasil, para demonstrar que a OSC “celebrante” existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e*

*II - comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos:*

*a) declarações de organizações da sociedade civil que componham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado;*

*b) cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou*

*c) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.*

**8.2.9.** O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, pelo e-mail chamamento.criancaeadolescente@gmail.com, por via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no endereço informado no item 7.4.2 deste Edital.

**8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.** Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

**8.3.1.** No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública municipal deverá realizar consultas à relação de organizações da sociedade civil suspensas de contratar e licitar com a Administração Pública municipal, estadual e municipal, podendo consultar, ainda, caso disponibilizados para a administração pública municipal, o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM, o Sistema de Convênios da administração pública federal - SICONV, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, bem como os cadastros relativos ao julgamento de contas pelos Tribunais de Contas da União, do Estado e dos Municípios.

**8.3.2.** Para fins de apuração do constante no inciso IV do caput do art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, o gestor da parceria verificará a existência de contas rejeitadas em âmbito municipal, estadual, distrital ou municipal que constem da plataforma eletrônica de que trata o art. 4º do Decreto nº 13.996/2021, cujas informações preponderarão sobre aquelas constantes no documento a que se refere o inciso IX do item 8.2.4. deste Edital, se houver.

**8.3.3.** A administração pública examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

**8.3.4.** Somente será aprovado o plano de trabalho pormenorizado que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta, observados os termos e as condições constantes neste Edital. Para tanto, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, nos termos do §3º do art. 40 do Decreto nº 13.996/2021.

**8.3.5.** Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

**8.3.6.** Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

**8.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.**

**8.4.1.** Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (art. 43 do Decreto nº 13.996/2021).

**8.4.2.** Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada (art. 40, §4º, do Decreto nº 13.996/2021).

**8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de fomento.**

**8.5.1.** A celebração do instrumento de fomento dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

**8.5.2.** A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 40, §5º, do Decreto nº 13.996/2021).

**8.5.3.** No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

**8.5.4.** A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver (art. 41, §5º, do Decreto nº 13.996/2021).

**8.6.** **Etapa 5: Publicação do extrato do termo de fomento no Diário Oficial do Município.** O termo de fomento somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

**9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 1673.08.122.0145.4192.

**9.2.** Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento Fundo da Infância e Adolescente autorizado por meio do Programa de Trabalho 1673.08.122.0145.4192.

**9.3.** Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes (art. 13, §1º, do Decreto nº 13.996/2021).

**9.3.1.** A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública municipal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada (art. 39, parágrafo único, e art. 67, §1º, inciso II, ambos do Decreto nº 13.996/2021).

**9.4.** O valor total de recursos disponibilizados para este Edital será de R$ 3.000.000,00 (dois milhões de reais), no exercício de 2024. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

**9.5.**  As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 53 e 54 do Decreto nº 13.996/2021.

**9.6.** Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 53 a 62 do Decreto nº 13.996/2021. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

**9.7.** Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros); e

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

**9.8.** É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**9.9.** Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

**9.10.** O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

**10. CONTRAPARTIDA**

***10.1.*** *Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.*

**11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Niterói *na internet* (http://www.niteroi.rj.gov.br/chamamento-publico/), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

**11.2.** Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail chamamento.criancaeadolescente@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.4.2 deste Edital. A resposta às impugnações caberá ao Secretário de Assistência Social e Economia Solidária, auxiliada pelo Presidente da Comissão de Seleção.

**11.2.1.** Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: chamamento.criancaeadolescente@gmail.com. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

**11.2.2.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo do Edital e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**11.2.3.** As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**11.3.** A Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

**11.4.** A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**11.5.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Edital. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

**11.6.** A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Edital. **11.7.** Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Edital serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

**11.8.** O presente Edital terá vigência de 12 meses a contar da data da homologação do resultado definitivo.

**11.9.** Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração do Art. 42 do Decreto nº 13.996/2021, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V – Referências para Fomento;

Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VII – Minuta do Termo de Fomento.

Niterói, 22 de maio de 2024.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Elton Teixeira**

**Secretário Municipal de Assistência Social e Economia Solidária**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Termo de Fomento nº .........../20....... e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS**

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c o art. 41, **caput**, inciso XI, do Decreto nº 13.996/2021, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

* dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

* pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

* dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

*OBS: A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.*

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DO ART. 42 DO DECRETO Nº 13.996/2021,**

**E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE**

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, nos termos dos arts. 41, **caput**, inciso VII, e 42 do Decreto nº 13.996/2021, que:

* Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014)*;

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE** | | |
| **Nome do dirigente e**  **cargo que ocupa na OSC** | **Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF** | **Endereço residencial,**  **telefone e *e-mail*** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

* Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
* Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO IV**

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

**1. RESUMO**

O objeto DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO da Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) da Prefeitura Municipal de Niterói (PMN) tem por averbação instituir **AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE NITERÓI-RJ**.

A presente DIRETRIZ PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO apresentada a seguir aponta os objetivos gerais e específicos, as metas, os prazos, produtos e serviços, entre outros itens – considerando o que está disposto no presente documento. A seguir serão indicados tais itens previstos para o Projeto, os quais poderão ser ampliados e detalhados. Sobretudo, ressaltamos que o conteúdo deste plano de trabalho serve como diretriz para o Termo de Fomento com Organização da Sociedade Civil (OSC).

**2. JUSTIFICATIVA:**

Constitui-se a presente análise para fundamentação das ações previstas no Plano de Ação do CMDCA visando identificar o quadro situacional de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social por meio de dados agregados a esta Secretaria sobre atendimentos de crianças e adolescentes nos serviços socioassistenciais públicos e de organizações socioassistenciais no município de Niterói-RJ.

As etapas deste levantamento têm como fundamento metodológico a utilização de ferramentas informacionais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dos relatórios e planos de ação entregues pelas instituições registradas no CMDCA.

O caminho inicialmente trilhado consistiu na identificação da rede socioassistencial de Proteção Básica e Especial de Média Complexidade e seu georreferenciamento. Para o levantamento dos atendimentos realizados pelos serviços públicos, os quantitativos utilizado constam lançados no Registro Mensal de Atendimento – RMA, instrumento de registro de informações sobre o número de atendimentos e aspectos de famílias e indivíduos atendidos/acompanhados, sendo analisados dados de equipamentos, de referência de assistência social – CRAS, especializados de assistência social – CREAS.

Em complementação, o levantamento e a sistematização de atendimentos realizados pelas organizações da sociedade civil registradas no CMDCA – Niterói, foram fundamentadas pelos planos de ação e relatórios anuais entregues pelas organizações referenciadas.

De partida, visualiza-se que o quantitativo de crianças e adolescentes presentes no Cadastro Único do município totaliza 47.597 (quarenta e sete mil e quinhentos e noventa e sete) na faixa etária entre 0 e 17 anos, conforme tabela abaixo.

**Tabela 1 – Quantidade de crianças e adolescentes no Cadastro Único de Niterói-RJ**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Faixa Etária** | **Masculino** | **% Masc.** | **Feminino** | **% Fem.** | **Total** |
| 0 e 4 | 6.299 | 51,22% | 5.999 | 48,78% | 12.298 |
| 5 a 6 | 2.983 | 49,70% | 3.019 | 50,30% | 6.002 |
| 7 a 15 | 12.454 | 50,69% | 12.113 | 49,31% | 24.567 |
| 16 a 17 | 2.339 | 49,45% | 2.391 | 50,55% | 4.730 |
| **Total** | **24.075** | **39,96%** | **23.522** | **26,44%** | **47.597** |

Fonte: CECAD – MDS

Dos atendimentos realizados pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial de média complexidade registrados no RMA, definiu-se como período o ano de 2023, conforme demonstra na tabela a seguir, sobre as seguintes variáveis:

**Tabela 2 – Variáveis relacionadas à Criança e Adolescente em Niterói**

|  |  |
| --- | --- |
| **Variáveis** | **Nº** |
| B.5. Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil | 01 |
| B.6. Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento | 38 |
| C.1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica) | 27 |
| C.2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual | 20 |
| C.4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono | 83 |
| J.1. Total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC) | 264 |
| J.2. Quantidade de adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida - LA | 144 |

Fonte: Dados RMA – CRAS/CREAS – 2023

Em relação aos dados referentes aos atendimentos dos serviços de PSE de Média Complexidade, a tabela e gráficos destacados indicam os números de atendimento de acordo com as variáveis selecionadas.

Considerando a dimensão territorial da Proteção Social Básica, como forma de identificar a distribuição de oferta dos serviços de fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, buscou-se situar o número de atendimentos por área de abrangência dos CRAS.

As informações extraídas dos atendimentos declarados pelas organizações da sociedade civil em seus planos de ação e relatórios institucionais servem para ampliar o exame sobre a capacidade protetiva da rede e possibilita uma via de análise com base nas informações coletadas dos Planos de Trabalho das entidades registradas no CMDCA. Avaliou-se, portanto, o quantitativo de atendimentos realizados, o regime de atendimento (conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), e a localização das sedes.

**Gráfico 1 – Percentual de instituições por Região**

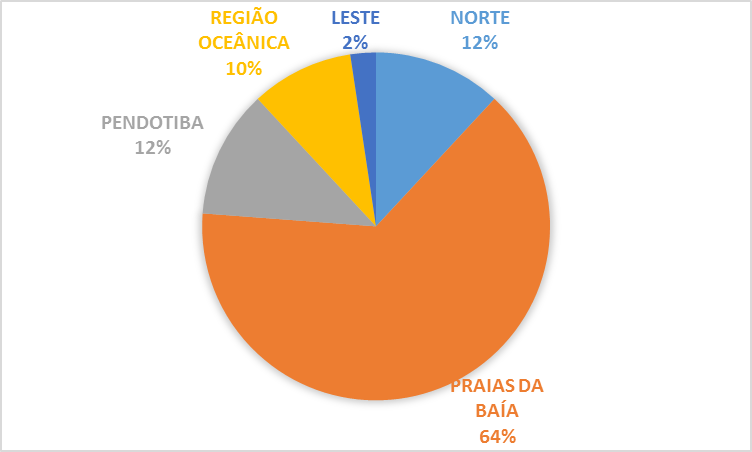


Gráfico 1: CMDCA – Percentual de instituições por região da Cidade – total de instituições 42

**Gráfico 2 – Quantitativo de atendimentos antes e durante a pandemia de Covid-19**

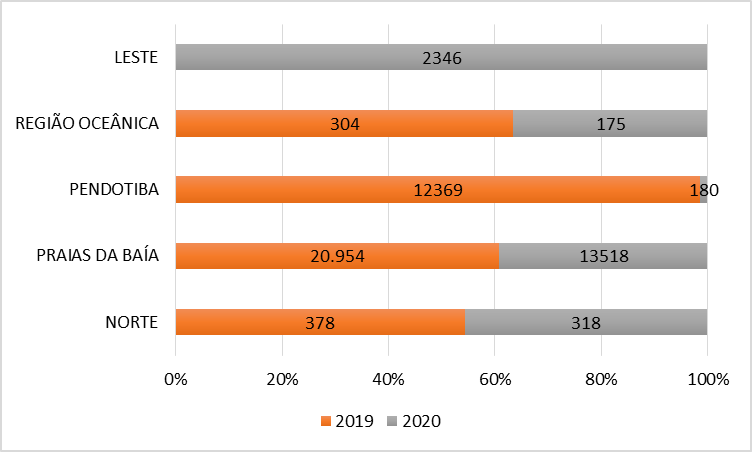


Gráfico 2: Dados CMDCA – Número de atendimentos declarados pelas instituições nos relatórios de 2019/2020

**Gráfico 3 – Regimes de atendimentos realizados pelas organizações do CMDCA**

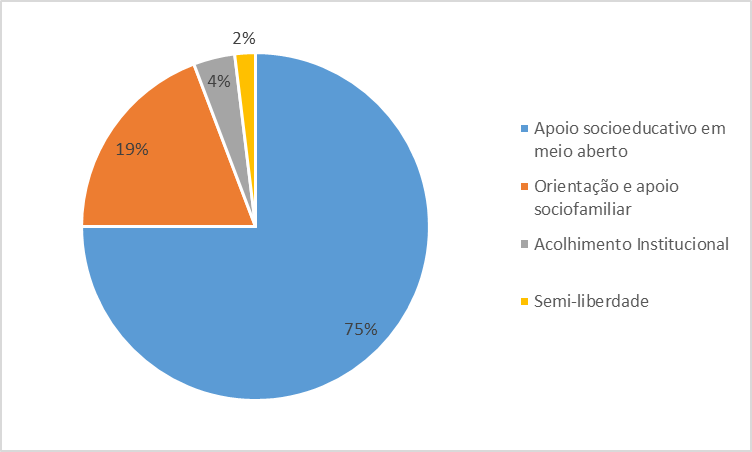


Gráfico 3: Dados CMDCA – Regimes de atendimento realizado pela organização registradas no CMDCA.

Na avaliação preliminar, torna-se evidente que as regiões central e das praias da baía concentram a maior parte das entidades registradas. Das 42, 12% localizam-se na região Norte e em Pendotiba; na Região Oceânica 10%; e apenas 2% na Região Leste.

Não obstante à concentração de suas localizações, também se tornou evidente que as entidades registradas respondem por uma enorme oferta de serviços de apoio socioeducativo em meio aberto para crianças e adolescentes. Este regime de atendimento previsto no ECA, em seu art. 90 e incisos, compreende, em geral, as atividades de contraturno escolar, com oferta de oficinas lúdicas, educacionais, esportivas, culturais e de lazer. Tais serviços vinculam-se à proposta da Política de Assistência Social, organizada pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, especialmente no que tange à oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, no âmbito da PSB.

Conforme descrito na TSS, esses serviços são realizados em grupos, organizados a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

Subdivididos em faixas etárias, entre 0 a 6, 6 a 15 e 15 e 17 anos, no âmbito da oferta das entidades em seus territórios, oferecem desde oficinas e experiências lúdicas à constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, além de contribuir para o retorno ou permanência na escola, e uma formação geral para o mundo do trabalho.

A partir dos dados coletados através das entidades, ainda que haja concentração territorial de suas sedes, fica evidente a grande cobertura das entidades no atendimento ao público infanto-juvenil neste município, em comparação com a cobertura em demais locais.

O CMDCA promoveu um levantamento recente com o objetivo de coletar dados específicos quanto ao atendimento prestado nos anos de 2019, 2020 e 2021, com o intuito de avaliar o impacto da pandemia de Covid-19 sobre o trabalho realizado pelas entidades, atrelando à perspectiva de utilização dos recursos do FIA, conforme apregoado pela legislação pertinente. Nesta oportunidade, coletou-se informações direcionadas às 42 entidades registradas, em uma amostragem no total de 24 respostas.

Totalizando as respostas enviadas pelas 24 entidades, observamos que em relação à capacidade de atendimento, no ano de 2019, realizaram juntas 608.331 (seiscentos e oito mil trezentos e trinta e um) atendimentos. Em 2020, esse total caiu para 429.510 (quatrocentos e vinte e nove mil quinhentos e dez), e em 2021 (até o mês de outubro) chegou à 247.929 (duzentos e quarenta e sete mil novecentos e vinte e nove),

Já quanto às crianças e adolescentes atendidos por tais entidades em 2019, o número chegou a 6.619 (seis mil seiscentos e dezenove). Em 2020, houve uma redução, chegando a 5.385 (cinco mil trezentos e oitenta e cinco), e até outubro de 2021, atingiu o total de 5.613 (cinco mil seiscentos e treze).

Em relação ao número de atendimentos totais, realizados por estas 24 entidades registradas, em 2019, foram realizados 605.243 (seiscentos e cinco mil duzentos e quarenta e três) atendimentos. Em 2020, esse número caiu para 356.238 (trezentos e cinquenta e seis mil duzentos e trinta e oito), chegando a 222.719 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e dezenove) em outubro de 2021.

O que se observa, a partir de tais dados, é que as entidades ofereceram uma grande cobertura à população através de seus serviços, mesmo com impacto negativo evidente observado em 2020, com a expressiva queda em sua capacidade de atendimento, bem como no número de atendimentos totais realizados no mesmo ano, em relação ao observado em 2019.

A pesquisa evidenciou também que as entidades continuaram atendendo um expressivo número de crianças e adolescentes, mesmo com as restrições impostas pela Covid-19, como o fechamento de espaços considerados não essenciais e o cancelamento temporário de atividades que geravam aglomerações.

Conforme levantado na pesquisa, as entidades precisaram, no ano de 2020, reorganizar a forma de atendimento, e todas elas informaram que continuaram oferecendo seus serviços. Apenas as duas que oferecem acolhimento institucional continuaram funcionando presencialmente, e as demais passaram a oferecer atendimentos, orientações, aulas e oficinas de forma remota. Ao todo, 14 entidades responderam que em 2020, a principal atividade realizada pela entidade foi atendimento online, com oferta de oficinas, atividades lúdicas e/ou terapêuticas, orientações e apoio às famílias. Das 24 entidades, 3 responderam que coletaram doações para adquirir e distribuir cestas básicas para seus usuários; 3 informaram que mantiveram as ações de apoio socioeducativo e orientações às famílias de maneira híbrida, e 1 informou que, além de orientações sociais remotas e distribuição de cestas básicas, também ofereceu apoio psicológico online aos usuários.

Sobre as maiores dificuldades enfrentadas pelas entidades durante a pandemia, podendo ser sinalizada mais de uma situação, 19 delas indicaram o item 3 – manutenção da instituição, 13 marcaram o item 2 – pagamento dos funcionários, e 8 assinalaram também os itens 1 – articulação com a rede socioassistencial, 4 – condições para atendimento dos usuários e 5 – outras.

Dentre as que assinalaram a opção 5 – outras, apareceram dificuldades tais quais a diminuição de doações e voluntários; preocupação com os riscos de retorno presencial; dificuldade de cumprimento de protocolos de saúde por usuários com deficiência; realização de atividades online e dificuldade com os meios eletrônicos.

Considerando os dados examinados é possível afirmar que há uma grande capacidade de atendimento por parte das organizações da sociedade civil no Regime de Apoio Socioeducativo em Meio Aberto, sendo possível fazer um paralelo em relação aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.

Os dados também indicam redução da capacidade de atendimento, tanto dos serviços públicos como das ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil durante a pandemia da Covid-19. O reconhecimento dessa redução da oferta de ações voltadas ao apoio socioeducativo em meio aberto pode representar dificuldades encontradas pelas instituições para sustentabilidade de suas ações, e com isso o encolhimento da capacidade protetiva em Niterói, fato que se torna mais grave pela percepção da diminuição do número de atendimentos pelos serviços públicos.

Desta forma, a partir da verificação da redução do número de atendimentos realizados pela rede pública e pelas organizações registradas no CMDCA, e reconhecendo a importância dos serviços voltados para Proteção Social Básica, principalmente os direcionados a convivência e fortalecimento de vínculos que objetivam: garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social (Brasil, 2009, p.16);

Considerando também a quantidade de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC), que quando comparada ao número de atendimentos registrados no RMA dos serviços de fortalecimento de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 15 a 17 anos, demonstram fragilidade protetiva para esse grupo populacional;

E ainda, considerando o art. 17 da lei Municipal, N.º 3.361/2018, que apregoa que o FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA constitui unidade orçamentária própria e é parte integrante do Orçamento Público municipal, tendo por objetivo, financiar programas e projetos que tenham por finalidade o atendimento direto, defesa, proteção, estudo, pesquisa, apoio sociofamiliar e garantia dos direitos da criança e do adolescente nos termos da Lei Federal Nº 8069/90 e alterações;

O CMDCA apresenta o Termo de Fomento para seleção de propostas de Organizações da Sociedade Civil, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019/14, a serem financiadas com recursos do Fundo da Infância e do Adolescente, visando a ampliação da oferta de ações que possibilitem a ampliação da capacidade protetiva Básica e Especial, em conformidade com as políticas públicas municipais da criança e do adolescente. O presente Termo de Fomento objetiva a definição de critérios para a escolha e condições para o repasse de recursos.

**3. PÚBLICO ALVO:**

O público-alvo deste projeto compreende-se nos ciclos de vida de: (a) 0 a 5 anos; (b) 6 a 8 anos; (c) 9 a 14 anos e (d) 15 a 17 anos, regulamentados por Tipificação Federal, através da Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 109/2009 e reordenado pela Resolução do CNAS nº 01/2013, prioritariamente, destes indivíduos que se encontrem nas seguintes situações, de acordo com a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013:

1. em situação de isolamento;
2. em situação de trabalho infantil;
3. com vivência de violência e/ou negligência;
4. que estejam fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 anos;
5. em situação de acolhimento institucional;
6. em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
7. egressos de medidas socioeducativas;
8. em situação de abuso e/ou exploração sexual;
9. com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente;
10. crianças e adolescentes em situação de rua;
11. com vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

**4. OBJETIVOS**

**4.1. Objetivo Geral**

1. Proporcionar ações, atividades e oficinas, às crianças e adolescentes, em espaços protetivos e acolhedores que estimulem a convivência social, a participação cidadã e democrática, a autonomia, o protagonismo, o relacionamento interpessoal de forma saudável e o fortalecimento de vínculos, por meio do convívio familiar, social e comunitário.

**4.2. Objetivos Específicos**

* 1. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, propiciando vivências e acesso ao universo socioeducativo, artístico, cultural, recreativo e de lazer, estimulando o desenvolvimento de experiências e habilidades;
  2. Desenvolver ações e atividades voltadas a crianças e adolescentes, visando o fortalecimento dos vínculos familiar, social e comunitário, reduzindo a exposição às situações de vulnerabilidade e riscos sociais;
  3. Promover a informação e o acesso a benefícios, serviços socioassistenciais e setoriais, a fim de contribuir para a garantia e o usufruto dos demais direitos;
  4. Facilitar o acesso a políticas públicas que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e que contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade, da equidade e inclusão social;
  5. Promover ações que priorizem o caráter intersetorial e que fomentem a articulação dos serviços intersetoriais com os sujeitos do sistema de garantia de direitos, para atuação junto à família natural ou ampliada, bem como junto às crianças e adolescentes atendidos nos serviços de acolhimento.
  6. Propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social;

**5. METAS A QUE SE DESTINARÁ O TRABALHO:**

As metas serão indicadas distintamente conforme o Eixo pretendido.

**5.1. Metas referente ao Eixo 1:**

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **DESCRIÇÃO** |
| **1** | **Consolidar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social** |
| **2** | **Fortalecimento de vínculo territorial e comunitário** |
| **3** | **Fortalecimento de vínculo familiar e social** |
| **4** | **Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atua na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |

**5.1.1. Descrição geral das metas do Eixo 1**

**1. Consolidar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social**

Busca-se fundamentar neste Programa a seguridade em relação a espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social, assegurando o desenvolvimento de relações sociais, territoriais, solidárias como política pública essencial para a superação das violações de direitos da Criança e Adolescente no município de Niterói, atribuídas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

**2. Fortalecimento de vínculo territorial e comunitário**

Esta meta tem como objetivo estimular o fortalecimento de vínculo com o território e a comunidade referenciada pelo público-alvo como estratégia de colaborar com a convivência social e comunitária essencial para a superação das violações de direitos da Criança e Adolescente no município atribuídas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

**3. Fortalecimento de vínculo familiar e social**

Esta meta tem como objetivo estimular o fortalecimento de vínculo com a família e os círculos sociais referenciada pelo público-alvo como estratégia de colaborar com a convivência social e familiar essencial para a superação das violações de direitos da Criança e Adolescente no município atribuídas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

**4. Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atua na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS**

Cumpre-se por oportunizar a qualificação da rede de OSCs que atuam com a promoção dos direitos da Criança e Adolescentes do município de Niterói-RJ, atrelando os esforços da rede SUAS ao Programa para o estabelecimento de espaços de convivência e combate a violações de direitos e exploração infanto-juvenil nesta municipalidade.

**5.2. Metas referente ao Eixo 2:**

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **DESCRIÇÃO** |
| **1** | **Possibilitar o desenvolvimento criativo e inovador através da economia solidária** |
| **2** | **Desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes** |
| **3** | **Estimular a participação de ações sociais e solidárias nos territórios** |
| **4** | **Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atua na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |

**5.2.1. Descrição geral das metas do Eixo 2**

**1. Possibilitar o desenvolvimento criativo e inovador através da economia solidária**

Esta meta tem por objetivo estimular o desenvolvimento criativo e inovador de Crianças e Adolescentes através dos instrumentos dispostos na área da economia solidária e criativa, articulando e exercitando métodos de formação e execução de fomento criativo com a rede estabelecida no município.

**2. Desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes**

Esta meta tem como objetivo o desenvolvimento de relações de afeto, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes como estratégia de potencializar as redes interpessoais e desenvolver habilidades comportamentais de vinculação afetiva, familiar e social.

**3. Estimular a participação de ações sociais e solidárias nos territórios**

Esta meta tem como objetivo estimular Crianças e Adolescentes na participação de ações sociais e solidárias em seus respectivos territórios como forma de construir redes de apoio e desenvolver a identidade cidadã e humana destes sujeitos, como meio de romper com ciclos de violência.

**4. Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS/Niterói-RJ**

Cumpre-se por oportunizar a qualificação da rede de OSCs que atuam com a promoção dos direitos da Criança e Adolescentes do município de Niterói-RJ, atrelando os esforços da rede SUAS ao Programa para o estabelecimento de espaços de convivência e combate a violações de direitos e exploração infanto-juvenil nesta municipalidade.

**5.3. Metas referente ao Eixo 3:**

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **DESCRIÇÃO** |
| **1** | **Prevenir a continuidade e aumento dos casos de jovens em medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida** |
| **2** | **Estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artísticas e educacionais como estratégia de prevenção** |
| **3** | **Possibilitar o estímulo de jovens em capacitações para o mercado de trabalho** |
| **4** | **Garantir o acesso a noções de direitos básicos e constitucionais como forma de munir jovens de sua identidade cidadã** |

**5.3.1. Descrição geral das metas do Eixo 3**

**1. Prevenir a continuidade e aumento dos casos de jovens em medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida**

Possibilitar a prevenção de reincidentes de medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida no município de Niterói, preconizando ações que busquem reintegrar, ressocializar e reeducar estes sujeitos para que no uso de seus direitos de acesso à educação, cultura, esporte e lazer possam dar consequência a sua cidadania.

**2. Estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artísticas e educacionais como estratégia de prevenção**

Esta meta tem como objetivo estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artística e educacionais como estratégia de prevenção de reincidência de medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida no município de Niterói, preconizando ações que busquem reintegrar, ressocializar e reeducar estes sujeitos.

**3. Possibilitar o estímulo de jovens em capacitações para o mercado de trabalho**

Esta meta tem como objetivo estimular jovens se capacitar para atuar no mercado de trabalho tendo em perspectiva a construção de sua autonomia financeira e protagonismo sociais como ferramenta para evitar a reincidência em quadros de violência e privação de liberdade.

**4. Garantir o acesso a noções de direitos básicos e constitucionais como forma de munir jovens de sua identidade cidadã**

Esta meta tem como objetivo garantir o acesso a Crianças e Adolescentes sobre noções de direitos básicos e constitucionais como forma de muni-los de seus direitos e deveres, para que possam dar consequência a sua cidadania.

**5.4. Metas referente ao Eixo 4:**

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **DESCRIÇÃO** |
| **1** | **Prevenir a continuidade e aumento dos casos de violência sexual, doméstica, trabalho infantil, violações de direitos e exploração em geral** |
| **2** | **Possibilitar a formação e orientação de crianças e adolescentes para prevenção a formas de abuso, exploração, violência e opressão** |
| **3** | **Consolidar ações de vínculo social e comunitário como forma de combate às violações de direitos** |
| **4** | **Estimular o desenvolvimento de autonomia e protagonismos destes sujeitos como quebra do círculo de violências e violações** |

**5.4.1. Descrição geral das metas do Eixo 4**

**1. Prevenir a continuidade e aumento dos casos de violência sexual, doméstica, trabalho infantil, violações de direitos e exploração em geral**

Possibilitar o acesso às informações sobre direitos e políticas públicas destinadas ao público-alvo do respectivo Programa, garantindo, assim, participação social e cidadã nos processos decisórios e autônomos da vida cotidiana, estimulando o protagonismo destes sujeitos, e oferecendo os instrumentos necessários para constituição de tal autonomia cidadã, através das ações e atividades praticadas por este Programa, que possam atribuir mecanismos de combate às formas de violência e exploração contra Crianças e Adolescentes no município de Niterói-RJ.

**2. Possibilitar a formação e orientação de crianças e adolescentes para prevenção a formas de abuso, exploração, violência e opressão**

Esta meta tem como objetivo desenvolver ações formativas e de orientação que previnam a reincidência em casos de abuso, exploração, violência e opressão infanto-juvenil oferecendo os instrumentos necessários para constituição de tal autonomia cidadã, através das ações e atividades praticadas por este Programa.

**3. Consolidar ações de vínculo social e comunitário como forma de combate às violações de direitos**

Esta meta tem como objetivo consolidar ações de estímulo de vínculo social e comunitário como forma de romper e combater as violações de direitos da Criança e Adolescente com a participação dos círculos social, familiar e comunitário na superação destas violações.

**4. Estimular o desenvolvimento de autonomia e protagonismos destes sujeitos como quebra do círculo de violências e violações**

Possibilitar o acesso às informações sobre direitos e políticas públicas destinadas ao público-alvo do respectivo Programa, garantindo, assim, participação social e cidadã nos processos decisórios e autônomos da vida cotidiana, estimulando o protagonismo destes sujeitos, e oferecendo os instrumentos necessários para constituição de tal autonomia cidadã, através das ações e atividades praticadas por este Programa.

**5.5. Metas referente ao Eixo 5:**

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **DESCRIÇÃO** |
| **1** | **Possibilitar a ampliação do universo informacional, educacional e cultural das crianças e adolescentes** |
| **2** | **Estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos** |
| **3** | **Propiciar sua formação cidadã, estimulando o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos** |
| **4** | **Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |

**5.5.1. Descrição geral das metas do Eixo 5**

**1. Possibilitar a ampliação do universo informacional, educacional e cultural das crianças e adolescentes**

Esta meta tem como objetivo possibilitar a ampliação do universo informacional, educacional e cultural de Crianças e Adolescentes referenciados no município de Niterói, de forma a compreender as dimensões intersetoriais da construção de saberes, como arte, cultura, esporte, tecnologias, educação e mundo do trabalho.

**2. Estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos**

Esta meta tem como objetivo estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artística e educacionais como estratégia de prevenção de reincidência de medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida no município de Niterói, preconizando ações que busquem reintegrar, ressocializar e reeducar estes sujeitos.

**3. Propiciar sua formação cidadã, estimulando o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos**

Possibilitar o acesso às informações sobre direitos e políticas públicas destinadas ao público-alvo do respectivo Programa, garantindo, assim, participação social e cidadã nos processos decisórios e autônomos da vida cotidiana, estimulando o protagonismo destes sujeitos, e oferecendo os instrumentos necessários para constituição de tal autonomia cidadã, através das ações e atividades praticadas por este Programa.

**4. Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS**

Cumpre-se por oportunizar a qualificação da rede de OSCs que atuam com a promoção dos direitos da Criança e Adolescentes do município de Niterói-RJ, atrelando os esforços da rede SUAS ao Programa para o estabelecimento de espaços de convivência e combate a violações de direitos e exploração infanto-juvenil nesta municipalidade.

**5.2 Indicadores de avaliação**

1. 90% de frequência do público-alvo referente ao cadastrado na base das ações da entidade proponente, inscritos nas atividades do respectivo projeto;
2. 90% de participação dos profissionais das equipes em reuniões, treinamentos e capacitações realizadas pela OSC, referente ao total de recurso humano envolvido em cada projeto;
3. 90% de participação de outros profissionais envolvidos no Projeto, em reuniões e atividades referentes ao projeto, referente ao total de recurso humano envolvido em cada projeto;
4. Progressão de cada criança e adolescente a partir do acompanhamento individual, com referencial ao quantitativo do público referido inscrito em cada ação dos respectivos projetos.

**5.3 Meios de verificação do cumprimento das metas**

1. Quantitativo de execução do público-alvo nas funções realizadas pelos profissionais envolvidos;
2. Lista de presença dos profissionais da equipe multidisciplinar nas reuniões;
3. Lista de presença de outros profissionais envolvidos no Projeto nas reuniões da rede de proteção;
4. Relatórios mensais da equipe técnica apresentando o plano de acompanhamento dos serviços prestados.

**6. CRONOGRAMA GERAL DO PROJETO:**

**6.1. Para propostas do Eixo 1:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | **MÊS** | | | | | | | | | | | |
| **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** |
| **Estruturação de Equipe Multiprofissional** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 1 - Consolidar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Fortalecimento de vínculo territorial e comunitário** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 3 -Fortalecimento de vínculo familiar e social** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atua na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Relatório final** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**6.2. Para propostas do Eixo 2:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | **MÊS** | | | | | | | | | | | |
| **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** |
| **Estruturação de Equipe Multiprofissional** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 1 - Possibilitar o desenvolvimento criativo e inovador através da economia solidária** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 3 - Estimular a participação de ações sociais e solidárias nos territórios** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atua na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Relatório final** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**6.3. Para propostas do Eixo 3:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | **MÊS** | | | | | | | | | | | |
| **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** |
| **Estruturação de Equipe Multiprofissional** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 1 - Prevenir a continuidade e aumento dos casos de jovens em medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artísticas e educacionais como estratégia de prevenção** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 3 - Possibilitar o estímulo de jovens em capacitações para o mercado de trabalho** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 4 - Garantir o acesso a noções de direitos básicos e constitucionais como forma de munir jovens de sua identidade cidadã** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Relatório final** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**6.4. Para propostas do Eixo 4:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | **MÊS** | | | | | | | | | | | |
| **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** |
| **Estruturação de Equipe Multiprofissional** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 1 - Prevenir a continuidade e aumento dos casos de violência sexual, doméstica, trabalho infantil, violações de direitos e exploração em geral** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Possibilitar a formação e orientação de crianças e adolescentes para prevenção a formas de abuso, exploração, violência e opressão** |  |  | x |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 3 - Consolidar ações de vínculo social e comunitário como forma de combate às violações de direitos** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 4 - Estimular o desenvolvimento de autonomia e protagonismos destes sujeitos como quebra do círculo de violências e violações** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Relatório final** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**6.5. Para propostas do Eixo 5:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ETAPAS** | **MÊS** | | | | | | | | | | | |
| **01** | **02** | **03** | **04** | **05** | **06** | **07** | **08** | **09** | **10** | **11** | **12** |
| **Estruturação de Equipe Multiprofissional** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 1 - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Etapa 2 - Estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 3 - Propiciar sua formação cidadã, estimulando o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** |  |  | X | X | X | X | X | X | X | X | X | X |
| **Relatório final** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**Legenda:**

|  |
| --- |
|  |

Sinalização quanto aos meses referidos para execução de cada etapa.

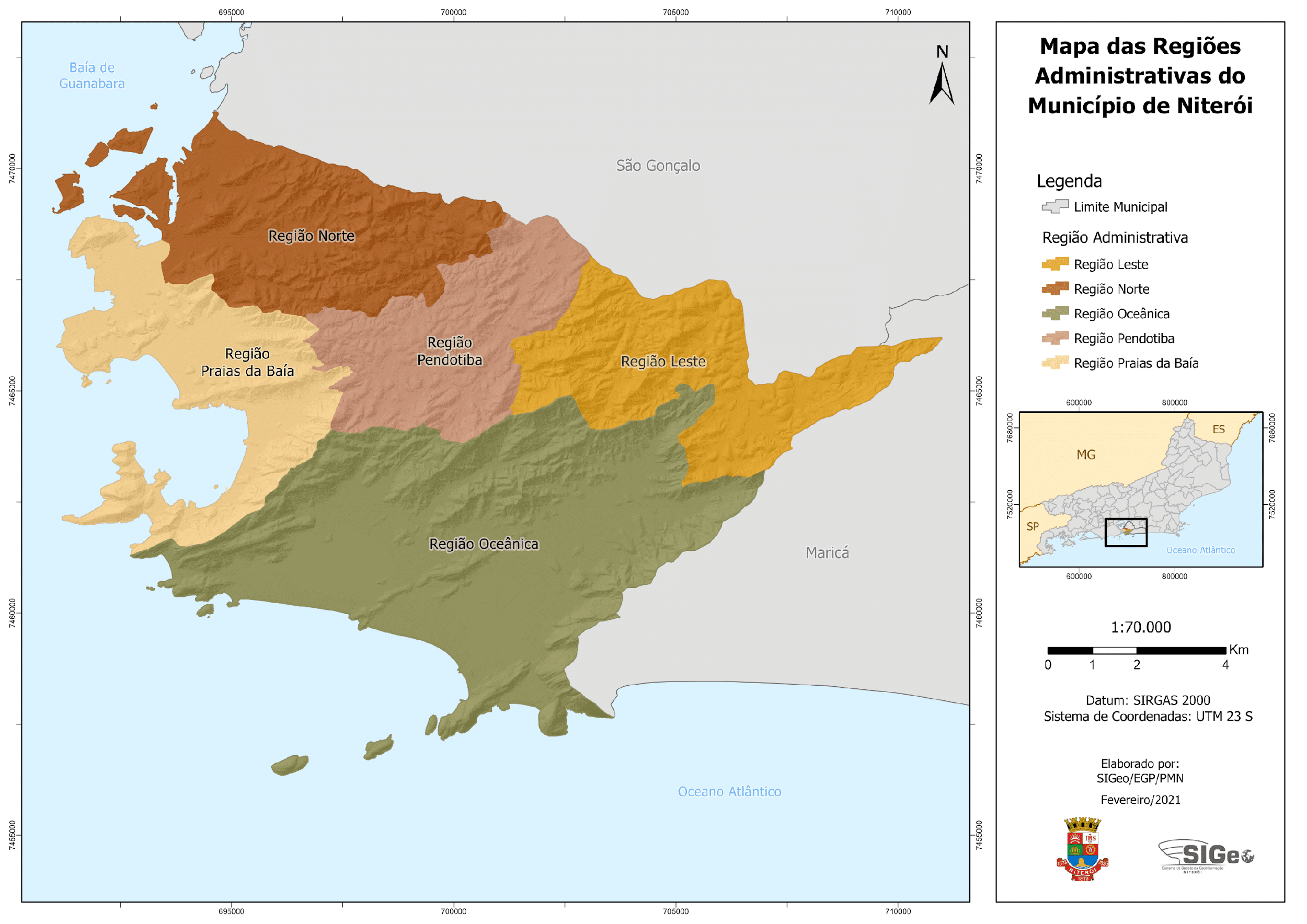
**7. ABRANGÊNCIA:**

**7.1. Âmbito físico do trabalho que será executado**

As OSCs selecionadas deverão ter sua sede no território de Niterói, bem como a execução de suas atividades serão destinadas única e exclusivamente a este município. Considerando que a Lei Federal nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 em seu artigo 6º §1º, prevê que as ações ofertadas no presente Plano de Trabalho deverão estar organizados conforme delimitação territorial construída pela Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, com base nos Territórios-Região de Referência, em consonância com as metas para atendimentos dos grupos (Crianças e Adolescentes) identificados.

Os locais devem gozar de adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, acesso à água potável e acessibilidade. Deverá ser afixada visivelmente, a grade semanal das atividades com horários das atividades e profissional responsável.

**Mapa 1 – Macrorregiões Administrativas do Município de Niterói-RJ**



Fonte: SEGeo/EGP/PMN, fevereiro de 2021.

**8. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA OSC:**

**8.1. Atividades Gerais**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EIXOS** | **ATIVIDADES** | **MÊS** |
| **1, 2, 3, 4 e 5** | **Estruturação de Equipe Multiprofissional** | 01, 02 |
| **1** | **Etapa 1 - Consolidar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social**  **Etapa 2 - Fortalecimento de vínculo territorial e comunitário**  **Etapa 3 - Fortalecimento de vínculo familiar e social**  **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** | 03, 04, 05, 06, 07, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 |
| **2** | **Etapa 1 - Possibilitar o desenvolvimento criativo e inovador através da economia solidária**  **Etapa 2 - Desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes**  **Etapa 3 - Estimular a participação de ações sociais e solidárias nos territórios**  **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** | 03, 04, 05, 06, 07, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 |
| **3** | **Etapa 1 - Prevenir a continuidade e aumento dos casos de jovens em medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida**  **Etapa 2 - Estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artísticas e educacionais como estratégia de prevenção**  **Etapa 3 - Possibilitar o estímulo de jovens em capacitações para o mercado de trabalho**  **Etapa 4 - Garantir o acesso a noções de direitos básicos e constitucionais como forma de munir jovens de sua identidade cidadã** | 03, 04, 05, 06, 07, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 |
| **4** | **Etapa 1 - Prevenir a continuidade e aumento dos casos de violência sexual, doméstica, trabalho infantil, violações de direitos e exploração em geral**  **Etapa 2 - Possibilitar a formação e orientação de crianças e adolescentes para prevenção a formas de abuso, exploração, violência e opressão**  **Etapa 3 - Consolidar ações de vínculo social e comunitário como forma de combate às violações de direitos**  **Etapa 4 - Estimular o desenvolvimento de autonomia e protagonismos destes sujeitos como quebra do círculo de violências e violações** | 03, 04, 05, 06, 07, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 |
| **5** | **Etapa 1 - Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes**  **Etapa 2 - Estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos**  **Etapa 3 - Propiciar sua formação cidadã, estimulando o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos**  **Etapa 4 - Estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS** | 03, 04, 05, 06, 07, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12 |
| **1, 2, 3, 4 e 5** | **Relatório final** | 11, 12 |

**8.2. Das atividades específicas:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ATIVIDADES** | **OBJETIVO** | **EIXO** | **DESCRIÇÃO** |
| **SÓCIO-**  **ASSISTENCIAIS**  **E PREVENTIVAS** | Trata-se da estruturação de ações que possam prevenir a segregação de crianças e adolescentes; promover e garantir a organização de espaços de referência para o convívio grupal e o aprendizado de habilidades de relacionamento interpessoal; promover competências sociais, emocionais e comportamentais; assegurar e fortalecer a sua convivência familiar e comunitária; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; estimular a autodeterminação; incentivar a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; estimular o gosto pelos estudos; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito e a solidariedade; possibilitar o acesso a experiências e manifestações lúdicas, artísticas, culturais, tecnológicas, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; desenvolver relações de afetividade; valorizar a cultura das famílias em seus territórios e das comunidades locais; cultivar a formação de uma identidade clara e positiva; ajudar a construir crenças no futuro e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. | **EIXO 1 Fortalecimento de Vínculos Sociais e Comunitários** | Ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e socioeducacionais para: consolidar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social; fortalecimento de vínculo territorial e comunitário; fortalecimento de vínculo familiar e social; e estimular a qualificação da rede que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS. |
|  | **EIXO 2**  **Trabalho Social e Economia Solidária** | Ações voltadas à solidariedade universal, formas de economia doméstica, criativa e solidária para: possibilitar o desenvolvimento criativo e inovador através da economia solidária; desenvolver relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo de Crianças e Adolescentes; estimular a participação de ações sociais e solidárias nos territórios; estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS. |
|  |  | **EIXO 4**  **Combate à violência e exploração infanto-juvenil** | Ações voltadas à prevenção de violação de direitos da Criança e Adolescentes e formas de exploração para: prevenir a continuidade e aumento dos casos de violência sexual, doméstica, trabalho infantil, violações de direitos e exploração em geral; possibilitar a formação e orientação de crianças e adolescentes para prevenção a formas de abuso, exploração, violência e opressão; consolidar ações de vínculo social e comunitário como forma de combate às violações de direitos; e estimular o desenvolvimento de autonomia e protagonismos destes sujeitos como quebra do círculo de violências e violações. |
| **SÓCIO-**  **EDUCATIVAS E CULTURAIS** | Trata-se da estruturação de ações que possam prevenir a segregação de crianças e adolescentes; promover e garantir a organização de espaços de referência para o convívio grupal e o aprendizado de habilidades de relacionamento interpessoal; promover competências sociais, emocionais e comportamentais; assegurar e fortalecer a sua convivência familiar e comunitária; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; estimular a autodeterminação; incentivar a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; estimular o gosto pelos estudos; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito e a solidariedade; possibilitar o acesso a experiências e manifestações lúdicas, artísticas, culturais, tecnológicas, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; desenvolver relações de afetividade; valorizar a cultura das famílias em seus territórios e das comunidades locais; cultivar a formação de uma identidade clara e positiva; ajudar a construir crenças no futuro e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. | **EIXO 3**  **Medidas Socioeducativas para Privação de Liberdade** | Ações voltadas à reintegração social e reeducação psicossocial de jovens em cumprimento de medidas legais para: prevenir a continuidade e aumento dos casos de jovens em medidas socioeducativas, privação de liberdade e/ou liberdade assistida; estimular o conhecimento, habilidades pessoais, artísticas e educacionais como estratégia de prevenção; possibilitar o estímulo de jovens em capacitações para o mercado de trabalho; e garantir o acesso a noções de direitos básicos e constitucionais como forma de munir jovens de sua identidade cidadã. |
|  | **EIXO 5**  **Educação, cultura, esporte e lazer** | Ações voltadas ao estímulo a práticas educacionais, culturais, de esporte e lazer para: possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes; estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos; propiciar sua formação cidadã, estimulando o desenvolvimento e autonomia dos indivíduos; e estimular a qualificação da rede de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área da Criança e Adolescente em conjunto com o SUAS |
| **ESPECÍFICAS POR FAIXA ETÁRIA**  **(AGREGADA AO EIXO PRETENDIDO CASO HAJA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA ESTE PÚBLICO REFERIDO)** | Trata-se da estruturação de ações que possam prevenir a segregação de crianças e adolescentes; promover e garantir a organização de espaços de referência para o convívio grupal e o aprendizado de habilidades de relacionamento interpessoal; promover competências sociais, emocionais e comportamentais; assegurar e fortalecer a sua convivência familiar e comunitária; oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários; estimular a autodeterminação; incentivar a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo; estimular o gosto pelos estudos; favorecer o desenvolvimento de atividades intergeracionais, propiciando trocas de experiências e vivências, fortalecendo o respeito e a solidariedade; possibilitar o acesso a experiências e manifestações lúdicas, artísticas, culturais, tecnológicas, esportivas e de lazer, com vistas ao desenvolvimento de novas sociabilidades; desenvolver relações de afetividade; valorizar a cultura das famílias em seus territórios e das comunidades locais; cultivar a formação de uma identidade clara e positiva; ajudar a construir crenças no futuro e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e social. | **Especificamente para crianças, no ciclo de 6 a 8 anos**  **(AGREGADA AO EIXO PRETENDIDO CASO HAJA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA ESTE PÚBLICO REFERIDO)** | Devem ser elaboradas ofertas com o objetivo de fortalecer a interação entre crianças do mesmo ciclo etário; valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências divertidas e lúdicas; desenvolver estratégias para estimular as potencialidades de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social; criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil; assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. Em relação às crianças de 6 anos, devem ser aplicadas as orientações  que constam do documento “Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos – MDS – 2021”. |
|  |  | **Especificamente para crianças e adolescentes, no ciclo de 9 a 14 anos**  **(AGREGADA AO EIXO PRETENDIDO CASO HAJA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA ESTE PÚBLICO REFERIDO)** | Devem ser elaboradas ofertas com o objetivo de complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional. |
|  |  | **Especificamente no para adolescentes, no ciclo de 15 a 17 anos**  **(AGREGADA AO EIXO PRETENDIDO CASO HAJA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA ESTE PÚBLICO REFERIDO)** | Devem ser elaboradas ofertas com o objetivo de complementar as ações da família e da comunidade na proteção e desenvolvimento de adolescentes para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural dos adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional. |

**8.3. Observações quanto à realização do serviço:**

A Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES) poderá analisar quaisquer documentos relacionados à execução do projeto de trabalho e solicitar maiores esclarecimentos e detalhamentos por parte da OSC.

Toda a documentação relacionada à execução do projeto, direta ou indiretamente, deverá estar organizada e à disposição da equipe da SMASES.

**8.4. Recursos Humanos e Material:**

O recurso humano e material envolvido no desenvolvimento de cada Projeto selecionado será de responsabilidade da OSC proponente e deverá se enquadrar dentro da relação orçamentária disposto na Faixa (I, II ou III) pretendida.

**9. DO PRODUTO:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PRODUTO** | **ATIVIDADES** | **PERCENTUAL PARA EXECUÇÃO** |
| **Cumprir as metas do Programa de Ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes** | Receber encaminhamentos da rede socioassistencial como público prioritário. | Referencial dos indicadores fornecidos no item 5.2 deste documento; |
| Atender o público do território por demanda espontânea assim como realizar busca ativa do público prioritário. |
| Trabalhar o fortalecimento de vínculo e convívio grupal. |
| Orientar encaminhamento aos serviços públicos por demanda espontânea que por ventura aparecerem ao longo da execução do projeto. |
| **Ampliar a capilaridade dos direitos da Criança e Adolescente e demais políticas desta SMASES** | Executar planos de acompanhamento social e ampliação da capacidade de execução dos serviços, bem como oferecer os instrumentos para o direcionamento de demais políticas. | Referencial dos indicadores fornecidos no item 5.2 deste documento; |
| Produção de relatório final com perfil dos usuários e mapeamento das violações de direitos da Criança e Adolescente. |

**10. FORMA DE APRESENTAÇÃO:**

Todos os documentos (cópias) citados deverão ser entregues na Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária. Tais documentos deverão ser anexados à prestação de contas do período correspondente. Todos os documentos impressos que serão entregues à SMASES, no que tange à formatação, deverão estar no modelo Word 93-2007, fonte Times New Roman 12, espaçamento de 1,5 páginas numeradas.

**11. DA VIGÊNCIA:**

O prazo do termo de fomento será de 12 (doze) meses, a contar da publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado.

**12. DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROJETO**

|  |  |
| --- | --- |
| **Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES)** | * Financiar os recursos necessários para o Projeto, * Construir edital de chamamento público para OSC gerenciar o Programa de Gestão * Acompanhar, fiscalizar e prestar contas do contrato entre a SMASES e a OSC * Contribuir com o mapeamento territorial, com suporte socioassistencial e psicossocial; |
| **Organização da Sociedade Civil (OSC)** | * Implementar o serviço, as atividades descritas no item 8.1 e cumprir as metas do projeto; * A responsabilidade pela execução direta da integralidade do objeto é da OSC parceira, permitindo a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano ou programa de trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, aprovado pelo órgão gestor; * Processo de busca-ativa de crianças e adolescentes a serem beneficiados pelo projeto. |

**13. DOS RECURSOS:**

Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Termo são provenientes do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, e seguem em conformidade com os critérios contidos na Lei Municipal nº 3.361/18 e da Resolução CONANDA nº 137/2010. Segue abaixo a tabela de provisão orçamentária para o fomento referente à cada Eixo e Faixa do referido Projeto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **EIXOS** | **DESCRIÇÃO** | **FAIXAS** | **RECURSOS** |
| **1** | **Fortalecimento de Vínculos Sociais e Comunitários:** ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e socioeducacionais. | 2 (dois) projetos de Faixa I  3 (três) projetos de Faixa II  2 (dois) projetos de Faixa III | Faixa I: até R$25.000,00  Faixa II: até R$50.000,00  Faixa III: até R$100.000,00 |
| **2** | **Trabalho Social e Economia Solidária:** ações voltadas à solidariedade universal, formas de economia doméstica, criativa e solidária. | 2 (dois) projetos de Faixa I  3 (três) projetos de Faixa II  2 (dois) projetos de Faixa III | Faixa I: até R$25.000,00  Faixa II: até R$50.000,00  Faixa III: até R$100.000,00 |
| **3** | **Medidas Socioeducativas para Privação de Liberdade:** ações voltadas à reintegração social e reeducação psicossocial de jovens em cumprimento de medidas legais. | 2 (dois) projetos de Faixa I  3 (três) projetos de Faixa II  2 (dois) projetos de Faixa III | Faixa I: até R$25.000,00  Faixa II: até R$50.000,00  Faixa III: até R$100.000,00 |
| **4** | **Combate à violência e exploração infanto-juvenil:** ações voltadas à prevenção de violação de direitos da Criança e Adolescentes e formas de exploração. | 2 (dois) projetos de Faixa I  3 (três) projetos de Faixa II  2 (dois) projetos de Faixa III | Faixa I: até R$25.000,00  Faixa II: até R$50.000,00  Faixa III: até R$100.000,00 |
| **5** | **Educação, cultura, esporte e lazer:** ações voltadas ao estímulo a práticas educacionais, culturais, de esporte e lazer. | 2 (dois) projetos de Faixa I  3 (três) projetos de Faixa II  2 (dois) projetos de Faixa III | Faixa I: até R$25.000,00  Faixa II: até R$50.000,00  Faixa III: até R$100.000,00 |

Em, 22 de maio de 2024.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Marcos Felipe Teixeira**

**Diretor de Projetos da SMASES**

Ciente, aprovo o presente plano de trabalho.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Elton Teixeira**

**Secretário Municipal de Assistência Social e Economia Solidária**

**ANEXO V**

**REFERÊNCIAS PARA FOMENTO**

**ELEMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR A PROPOSTA DE TRABALHO DA OSC**

➢ Descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

➢ Forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

➢ Proposta Político-Pedagógica

➢ Descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

➢ Definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

➢ Previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

➢ Valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

➢ Ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

A Proposta de Trabalho apresentada pela OSC não deverá conter a previsão de obras, mas deve seguir as diretrizes fixadas no Anexo VII deste Edital.

OBS: Para fins do Termo considera-se “Proposta de Trabalho” o documento elaborado pela OSC, baseada na proposta apresentada durante o período de fomento. Após a aprovação e consolidação deste documento pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, haverá a formação do “Plano de Trabalho” objeto do Termo de Fomento (Anexo VI do Termo).

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS**

Declaro para os devidos fins, nos termos do art. 41, **caput**, inciso IX, do Decreto nº 13.996/2021, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

* Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
* Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
* Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014)*;
* Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, **caput**, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
* Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;
* Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e
* Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_\_.

...........................................................................................

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

**ANEXO VII**

**MINUTA DO TERMO DE FOMENTO**

**Termo de Fomento/Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária**

**nº xx/2022**

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NITERÓI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA E A *[nome da OSC]*, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE NITERÓI**, por intermédio da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA,** representado pelo **Secretário ELTON TEIXEIRA ROSA DA SILVA,** e a [nome da OSC], organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua da xxxxxxxxx – Bairro xxxxx, cidade xxxxxx, CEP xxxxx, inscrita no CNPJ sob o número xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo (a) seu (sua)Presidente, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado (a) à Rua XXXXXXX nº XXX – XXX – CEP: XXXX–, portador (a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXX Órgão Expedidor xxx/xx e CPF nº xxxxxxxxxx RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, tendo em vista o que consta do Processo n. 090000537/2022 e em observância às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Municipal nº 13.996/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O termo de fomento terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de *AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI*, que tem como objetivo constituir um conjunto de ações de proteção social com foco na infância e adolescência, garantindo que este município desenvolva os programas frente à Política Nacional de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social, com os tratados internacionais de direitos humanos em que o Brasil é signatário, na CRFB de 1988 e nas leis infraconstitucionais em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente em sua interface com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Diretrizes e Base da Educação e a Lei Orgânica da Assistência Social, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e o Decreto Estadual nº 46.642/2019, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas nas diretrizes do plano de trabalho em anexo.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO**

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Fomento, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

**Subcláusula única**. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I, caput, do artigo 67, do Decreto nº 13.996/2021, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de fomento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 35 do Decreto nº 13.996/2021:

**I**. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e

**II**. de ofício, por iniciativa da Administração Pública*,* quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo  Fundo da Infância e Adolescência – FIA no valor total de R$ 3.000.000,00 (dois milhões de reais), à conta da ação orçamentária 1673.08.122.0145.4192, Elemento de Despesa: 33.90.39 Unidade Gestora: 1673 - Fundo da Infância e Adolescência -  Nota de Empenho nºxxxxxxxxxxx, Fonte 1.704.00, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho.

**CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

A liberação do recurso financeiro se dará em 4 (quatro) parcelas, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 53 do Decreto nº 13.996/2021.

**Subcláusula Primeira.** As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**Subcláusula Segunda.** A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I. a verificação da existência de denúncias aceitas;

II. a análise das prestações de contas anuais, nos termos da alínea “b” do inciso I do § 4º do art. 77 do Decreto nº 13.996/2021;

III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e

IV. a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

**Subcláusula Terceira.** Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Fomento, nos termos da Subcláusula Primeira, inciso II, desta Cláusula.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos referentes ao presente Termo de Fomento, desembolsados pelo Secretaria de Assistência Social e Economia Solidária, serão mantidos em conta específica, a ser aberta pela OSC parceira*.*

**Subcláusula Primeira**. Os recursos depositados na conta bancária específica do Termo de Fomento serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**Subcláusula Segunda**. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Subcláusula Terceira.** Os recursos serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, em instituição financeira contratada pela Administração Pública, que poderá atuar como mandatária do órgão na execução e no monitoramento dos termos de fomento ou de colaboração.

**Subcláusula Quarta**. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

**Subcláusula Quinta**. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final no Siconv e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, na forma do art. 64, §§ 1º a 4º, do Decreto nº 13.996/2021.

**Subcláusula Sexta.** Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Fomento será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, conforme previsto no inciso II do § 3º do art. 77 do Decreto nº 13.996/2021, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo administrador público, na forma do art. 54, §§4º e 5º, do Decreto nº 13.996/2021.

##### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC**

O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

**Subcláusula Primeira**. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

1. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
2. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda a sua extensão e no tempo devido;
3. monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Fomento, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas **in loco**, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;
4. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
5. analisar os relatórios de execução do objeto;
6. analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas nos arts. 84, caput, e 88, §2º, do Decreto nº 13.996/2021;
7. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento, nos termos do art. 67 do Decreto nº 13.996/2021;
8. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos dos artigos 74 e 75 do Decreto nº 13.996/2021;
9. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
10. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
11. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
12. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 77, §1º do Decreto nº 13.996/2021;
13. prorrogar de “ofício” a vigência do Termo de Fomento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e § 1º, inciso I, do art. 67 do Decreto nº 13.996/2021;
14. publicar, na imprensa oficial do Município, extrato do Termo de Fomento;
15. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
16. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
17. informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Fomento;
18. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Fomento;
19. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

**Subcláusula Segunda.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

1. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública*,* adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Fomento, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014, e no Decreto nº 13.996/2021;
2. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
3. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
4. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Fomento em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
5. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
6. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014 e art. 83 do Decreto nº 13.996/2021;
7. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
8. prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 13.996/2021;
9. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;
10. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento **in loco** e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
11. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
    1. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado
    2. garantir sua guarda e manutenção;
    3. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
    4. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
    5. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;
    6. durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.
12. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;
13. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
14. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Fomento, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
15. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
16. observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos nos artigos 62 a 66 do Decreto nº 13.996/2021;
17. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
18. comunicar à Administração Públicasuas alterações estatutárias, após o registro em cartório, nos termos do art. 41, §5º, do do Decreto nº 13.996/2021;
19. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;
20. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
21. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;
22. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;
23. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.
24. na atuação em rede, por duas ou mais organizações da OSC, será mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do presente Termo de Fomento.
25. competirá a OSC a celebração de termo de atuação em rede para repasse de recursos à(s) não celebrante(s), ficando obrigada, no ato de celebração a:
26. verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do Termo de Fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas e
27. comunicar à Administração Púbica em até sessenta dias a assinatura do termo de atuação em rede.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ATUAÇÃO EM REDE**

**Subcláusula Primeira**. A execução do presente Termo de Fomento pode se dar por atuação em rede de duas ou mais organizações da sociedade civil, a ser formalizada mediante assinatura de termo de atuação em rede.

**Subcláusula Segunda**. A rede deve ser composta por:

I - a organização da sociedade civil celebrante da parceria com a administração pública, que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

II - uma ou mais organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes da parceria com a administração pública, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a organização da sociedade civil celebrante.

**Subcláusula Terceira**. A atuação em rede não caracteriza subcontratação de serviços e nem descaracteriza a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil celebrante.

**Subcláusula Quarta.** A atuação em rede será formalizada entre a organização da sociedade civil celebrante e cada uma das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes por meio de termo de atuação em rede.

I - o termo de atuação em rede especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela organização da sociedade civil executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela organização da sociedade civil celebrante;

II - a organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar à administração pública a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até sessenta dias, contado da data de sua assinatura;

III - na hipótese de o termo de atuação em rede ser rescindido, a organização da sociedade civil celebrante deverá comunicar o fato à administração pública no prazo de quinze dias, contado da data da rescisão.

**Subcláusula Quinta**. A organização da sociedade civil celebrante deverá assegurar, no momento da assinatura do termo de atuação em rede, a regularidade jurídica e fiscal da(s) organização(ões) da sociedade civil executante(s) e não celebrante(s), que será verificada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I- comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - cópia do estatuto e eventuais alterações registradas;

III - certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;e

IV - declaração do representante legal da organização da sociedade civil executante e não celebrante de que não possui impedimento no Cepim, no Siconv, no Siafi, no Sicaf e no Cadin.

**Subcláusula Sexta** -Fica vedada a participação em rede de organização da sociedade civil executante e não celebrante que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da comissão de seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

**Subcláusula Sétima**.  A organização da sociedade civil celebrante deverá comprovar à administração pública o cumprimento dos requisitos previstos no [art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art35a), a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil celebrante existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e

II - comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos:

a) declarações de organizações da sociedade civil que componham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado;

b) cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou

c) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.

**Subcláusula Oitava**.  A administração pública verificará se a organização da sociedade civil celebrante cumpre os requisitos previstos n**a** Subcláusula Sétima no momento da celebração da parceria.

**Subcláusula Nona**. A organização da sociedade civil celebrante da parceria é responsável pelos atos realizados pela rede.

**Subcláusula Décima.** Para fins do disposto nesta cláusula oitava, os direitos e as obrigações da organização da sociedade civil celebrante perante a administração pública não poderão ser subrogados à organização da sociedade civil executante e não celebrante.

**Subcláusula Décima Primeira**. Na hipótese de irregularidade ou desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes responderão subsidiariamente até o limite do valor dos recursos recebidos ou pelo valor devido em razão de dano ao erário.

**Subcláusula Décima Segunda**.  A administração pública avaliará e monitorará a organização da sociedade civil celebrante, que prestará informações sobre prazos, metas e ações executadas pelas organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

**Subcláusula Décima Terceira**.  As organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes deverão apresentar informações sobre a execução das ações, dos prazos e das metas e documentos e comprovantes de despesas, inclusive com o pessoal contratado, necessários à prestação de contas pela organização da sociedade civil celebrante da parceria, conforme descrito no termo de atuação em rede e no [inciso I do parágrafo único do art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm#art35api).

**Subcláusula Décima Quarta**. O ressarcimento ao erário realizado pela organização da sociedade civil celebrante não afasta o seu direito de regresso contra as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

**CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO**

Este Termo de Fomento poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014, e 67 do Decreto nº 13.996/2021.

**Subcláusula Única.** Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo facultada a utilização do portal de compras governamentais.

**Subcláusula Primeira**. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório de que trata o art. 84 do Decreto nº 13.996/2021., quando for o caso.

**Subcláusula Segunda.** Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Terceira**. A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas realizadas no Siconv, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos referentes às despesas, mas deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Quarta**. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

**Subcláusula Sexta**. É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do [*órgão ou entidade pública municipal]*, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

**Subcláusula Sétima.** É vedado à Administração Pública praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria, e deverão ser registradas no Siconv.

**Subcláusula Primeira.** As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do Siconv, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

**Subcláusula Segunda.** No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

1. designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
2. designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);
3. emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, c/c art. 88, §2º, do Decreto nº 13.996/2021);
4. realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas (art. 79 do Decreto nº 13.996/2021);
5. realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014);
6. examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014, c/c arts. 83 e 84 do Decreto nº 13.996/2021);
7. poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);
8. poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);
9. poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação (art. 78, §3º, do Decreto nº 13.996/2021); e

**Subcláusula Terceira.** Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final (art. 91 do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Quarta.** A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso II da Subcláusula Segunda*, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pelas custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação (art. 74, *caput*, do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Quinta.** A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos (art. 74, §§ 2º e 4º, do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Sexta.** A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública municipal, devendo ser observado o disposto no art. 75 do Decreto nº 13.996/2021, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

**Subcláusula Sétima.** No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento (art. 74, §5º, do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Oitava.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o *inciso III da Subcláusula Segunda*, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, conforme previsto no art. 76 do Decreto nº 13.996/2021, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

**Subcláusula Nona.** A visita técnica **in loco**, de que trata o *inciso IV da Subcláusula Segunda*, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A OSC deverá ser notificada previamente no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita técnica **in loco**.

**Subcláusula Décima.** Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco, que será registrado na plataforma eletrônica e enviado à organização da sociedade civil para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão da administração pública municipal. (art. 79, §2º, do Decreto nº 13.996/2021). O relatório de visita técnica **in loco** deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Primeira.** A pesquisa de satisfação, de que trata o *inciso V da Subcláusula Segunda*, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública municipal, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa (art. 80, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Décima Segunda.** Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A OSC poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado (art. 80, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Décima Terceira.** Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

##### 

##### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE FOMENTO**

O presente Termo de Fomento poderá ser:

1. extinto por decurso de prazo;
2. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
3. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
4. rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
5. descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
6. irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 77, §3º, inciso II, do Decreto nº 13.996/2021);
7. omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
8. violação da legislação aplicável;
9. cometimento de falhas reiteradas na execução;
10. malversação de recursos públicos;
11. constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
12. não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
13. descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
14. paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
15. quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo administrador público, conforme previsto nos §§ 4º e 5º do art. 34 do Decreto nº 13.996/2021; e
16. outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficandoos partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**Subcláusula Segunda**. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

**Subcláusula Terceira**. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

**Subcláusula Quarta.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

**Subcláusula Quinta.** Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

**Subcláusula Sexta.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**Subcláusula Primeira**. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

1. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal quanto ao prazo de análise das contas;
2. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:
3. do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do *[órgão ou entidade pública municipal]* quanto ao prazo de análise das contas.

**Subcláusula Segunda**. Os débitos serão apurados mediante atualização monetária, observado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescidos de juros de mora calculados nos termos do art. 406 do Código Civil.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES**

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade do órgão ou da entidade pública municipal e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término.

**Subcláusula Primeira.** Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade do órgão ou da entidade pública municipal, na medida em que os bens serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública.

**Subcláusula Segunda.** A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens remanescentes para a Administração Pública, que deverá retirá-los, no prazo de até 90 (noventa) dias, após o qual a OSC não mais será responsável pelos bens.

**Subclaúsula Terceira.** Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, os bens remanescentes deverão ser retirados pela Administração Pública, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da dissolução.

**Subcláusula Quarta.** Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para a OSC, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que os bens não serão necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado ou se o órgão ou a entidade pública municipal não tiver condições de dar continuidade ao objeto pactuado e, simultaneamente, restar demonstrado que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela OSC.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Caso as atividades realizadas pela OSC com recursos públicos provenientes do Termo de Fomento deem origem a bens passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual, a exemplo de invenções, modelos de utilidade, desenhos industriais, obras intelectuais, cultivares, direitos autorais, programas de computador e outros tipos de criação, a OSC terá a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos ganhos econômicos resultantes da exploração dos respectivos bens imateriais, os quais ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade durante a vigência da parceria (art. 36 do Decreto nº 13.996/2021).

**Subcláusula Primeira**. Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pela OSC na exploração ou licença de uso dos bens passíveis de propriedade intelectual, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Fomento, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento, sem prejuízo do disposto na Subcláusula seguinte.

**Subcláusula Segunda**. A participação nos ganhos econômicos fica assegurada, nos termos da legislação específica, ao inventor, criador ou autor.

**Subcláusula Terceira.** Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual permanecerão na titularidade da OSC, quando forem úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização, observado o disposto na Subcláusula seguinte.

**Subcláusula Quarta.** Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes passíveis de proteção pelo direito de propriedade intelectual poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, quando a OSC não tiver condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

**Subcláusula Quinta**. A OSC declara, mediante a assinatura deste instrumento, que se responsabiliza integralmente por providenciar, independente de solicitação da Administração Pública, todas as autorizações ou licenças necessárias para que o órgão ou entidade pública municipal utilize, sem ônus, durante o prazo de proteção dos direitos incidentes, em território nacional e estrangeiro, em caráter não exclusivo, os bens submetidos a regime de propriedade intelectual que forem resultado da execução desta parceria, da seguinte forma:

I – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, por quaisquer modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas, inclusive:

1. a reprodução parcial ou integral;
2. a edição;
3. a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;
4. a tradução para qualquer idioma;
5. a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;
6. a distribuição, inclusive para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;
7. a comunicação ao público, mediante representação, recitação ou declamação; execução musical, inclusive mediante emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; radiodifusão sonora ou televisiva; captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; sonorização ambiental; exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; emprego de satélites artificiais; emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; exposição de obras de artes plásticas e figurativas; e
8. a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero.

II – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para a exploração de patente de invenção ou de modelo de utilidade e de registro de desenho industrial;

III – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, pela utilização da cultivar protegida; e

IV – quanto aos direitos de que trata a Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, pela utilização de programas de computador.

**Subcláusula Sexta**. Cada um dos partícipes tomará as precauções necessárias para salvaguardar o sigilo das informações consideradas confidenciais acerca da propriedade intelectual, podendo estabelecer em instrumento específico as condições referentes à confidencialidade de dado ou informação cuja publicação ou revelação possa colocar em risco a aquisição, manutenção e exploração dos direitos de propriedade intelectual resultantes desta parceria.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 81 a 86 e 89 a 96 do do Decreto nº 13.996/2021, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

**Subcláusula Segunda.** A prestação de contas final consistirá em relatório final de execução do objeto e relatório final de execução financeira, compreendendo todo o período da parceria, apresentados pela organização da sociedade civil no prazo de até 90 (noventa) dias após o término da vigência da parceria.

**Subcláusula Terceira.** O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados no período de que trata a prestação de contas;

II - documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;

III - documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver; e

IV - documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo.

**Subcláusula Quarta.** Nos casos em que não tiver sido realizada pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração de entidade pública ou privada local, manifestação do conselho setorial ou outro documento que sirva para expor o grau de satisfação do público-alvo.

**Subcláusula Quinta.** O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

1. dos resultados alcançados e seus benefícios;
2. dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
3. do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
4. da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Sexta.** As informações de que trata a Subcláusula anterior serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho, conforme definido no inciso IV do **caput** do art. 40 do Decreto nº 13.996/2021.

**Subcláusula Sétima.** A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

**Subcláusula Oitava.** Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas, conforme previsto art. 86, §1º, do Decreto nº 13.996/2021, devendo mencionar os elementos referidos na *Subcláusula Quinta*.

**Subcláusula Nona.** O Relatório Final de Execução Financeira deverá conter:

I - relação das despesas e receitas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho aprovado;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

III - comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

IV - extrato da conta bancária específica;

V - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, dados da organização da sociedade civil e do fornecedor, além da indicação do produto ou serviço; e VI - memória de cálculo do rateio das despesas, nos casos em que algum item do plano de trabalho aprovado for pago proporcionalmente com recursos da parceria, para demonstrar que não houve duplicidade ou sobreposição de fontes de recursos no custeio de um mesmo item.

**Subcláusula Décima Segunda.** Fica dispensada a apresentação do comprovante de devolução do saldo remanescente e do extrato bancário quando já constarem na plataforma eletrônica.

**Subcláusula Décima Terceira.** A análise do relatório de execução financeira deverá contemplar:

I - exame da conformidade das despesas constantes na relação de pagamentos com as previstas no plano de trabalho aprovado, considerando a análise da execução do objeto; e

II - verificação da conciliação bancária, por meio da correlação entre as despesas da relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta.

**Subcláusula Décima Quarta.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Quinta.** Observada a verdade real e os resultados alcançados, o parecer técnico emitido pelo gestor será:

I – preliminar, caso se verifique que o objeto não foi cumprido e que não há justificativa suficiente para que as metas não tenham sido alcançadas, bem como irregular execução financeira dos recursos, indicando:

a) os valores suscetíveis de glosa ou devolução relacionados a metas descumpridas sem justificativa suficiente; e

b) necessidade de notificação da organização da sociedade civil para que apresente esclarecimentos e eventuais documentos sobre o não cumprimento do objeto, alcance das metas e a irregular execução financeira.

II – conclusivo e favorável à aprovação das contas, caso se verifique que houve cumprimento integral do objeto, ou cumprimento parcial com justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas, e regular execução financeira dos recursos, com imediato encaminhamento do processo à autoridade responsável pelo julgamento das contas; ou

III – conclusivo e desfavorável à aprovação das contas, caso se confirme, após a apresentação de esclarecimentos pela organização, que não houve cumprimento integral do objeto e não há justificativa suficiente quanto às metas não alcançadas, bem como irregular execução financeira dos recursos, com imediato encaminhamento do processo à autoridade responsável pelo julgamento das contas.

**Subcláusula Décima Sexta.** A rejeição das contas não poderá ser fundamentada unicamente na avaliação dos efeitos da parceria, devendo ser objeto de análise o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho.

**Subcláusula Décima Sétima.** A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

**Subcláusula Décima Oitava.** A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

1. apresentar recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, à autoridade que a proferiu, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior; ou
2. sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

**Subcláusula Décima Nona.** Exaurida a fase recursal, a Administração Pública deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas das contas, registrar no Portal da Transparência as causas das ressalvas; ou

II - no caso de rejeição das contas, notificar a organização da sociedade civil para que:

a) devolva os recursos, conforme o montante do débito apurado; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de

**Subcláusula Vigésima.** O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação de sanções.

**Subcláusula Vigésima Primeira.** A Administração Pública deverá se pronunciar sobre a solicitação de ressarcimento que trata a alínea “b” do inciso II da *Subcláusula Décima Nona*, sendo a autorização de ressarcimento por ações compensatórias de competência indelegável do Secretário ou do dirigente máximo da entidade, em juízo de conveniência e oportunidade, desde que ouvido o gestor da parceria e observados os seguintes requisitos:

I - a decisão final não tenha sido pela devolução integral dos recursos;

II - não tenha sido apontada, no parecer técnico conclusivo ou na decisão final de julgamento das contas, a existência de dolo ou fraude na situação que levou à rejeição das contas;

III - o plano de trabalho apresentado para as ações compensatórias não ultrapasse a metade do prazo originalmente previsto para a execução da parceria; e

IV - as ações compensatórias propostas sejam de relevante interesse social.

**Subcláusula Vigésima Segunda.** Na hipótese de descumprimento da obrigação de devolver recursos, serão adotadas as seguintes providências:

I - instauração de tomada de contas; e

II - registro das causas da rejeição das contas no Portal da Transparência, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

**Subcláusula Vigésima Terceira.** O prazo de análise da prestação de contas final pela Administração Pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data da apresentação dos relatórios, podendo ser prorrogado, mediante decisão motivada, por igual período.

**Subcláusula Vigésima Quarta.** O transcurso do prazo definido na *Subcláusula anterior*, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

1. não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e
2. não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

**Subcláusula Vigésima Quinta.** Se o transcurso do prazo definido na *Subcláusula Vigésima Terceira*, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da Administração Pública, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Subcláusula Vigésima Sexta.** A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, do Decreto nº 13.996/2021, e da legislação específica, a administração pública municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

IV- A prática de ato lesivo irá gerar a rescisão do Termo sem a aplicação de multa, conforme a Lei nº 12.846/2013.

**Subcláusula Primeira.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**Subcláusula Segunda.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública municipal.

**Subcláusula Terceira.** A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do Secretário Municipal de Assistência Social e Economia Solidária.

**Subcláusula Quarta.** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III do caput do desta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, contado da data de ciência da decisão.

**Subcláusula Quinta.** Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a organização da sociedade civil deverá ser inscrita como inadimplente no cadastro do município, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**Subcláusula Sexta.** Prescrevem no prazo de 5 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EFICÁCIA, DO REGISTRO E DA PUBLICAÇÃO**

Este Termo de Fomento terá eficácia a partir de sua publicação, devendo o Secretário municipal de Assistência Social e Economia Solidária publicar seu extrato no meio oficial de publicidade do Município, nos termos do artigo 38 da Lei n. 13.019, de 2014.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DIVULGAÇÃO**

Os partícipes divulgarão sua participação no presente Termo, conforme determinam os artigos 106 e 107 do Decreto nº 13.996/2021, sendo obrigatória a manutenção da logomarca da Secretaria de Assistência Social e Economia Solidára em toda e qualquer divulgação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

As controvérsias decorrentes da execução do presente Termo de Fomento que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do órgão ou entidade pública, caso instituído no município, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a OSC se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do caput do art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 114 do Decreto nº 13.996/2021.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito ou não havendo órgão municipal de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Fomento o foro da Comarca de Niterói – RJ, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Niterói, *xx* de *xxxx* de 20xx.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

ELTON TEIXEIRA ROSA DA SILVA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DA OSC

IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

Identidade: Identidade:

CPF: CPF: